www.oa.pt

2025

RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE

NORMA VSME - MÓDULO ABRANGENTE

Dados referentes a 2025



COMPROMISSO COM O PRESENTE

RESPONSABILIDADE COM O FUTURO

100 ANOS

ORDEM DOS ADVOGADOS


100 ANOS
ORDEM DOS ADVOGADOS
GUIADOS POR PRINCÍPIOS.
MOVIDOS PELA AÇÃO.

ÍNDICE

FICHA TÉCNICA

Relatório de Sustentabilidade 2025

Período reportado:
1 de janeiro a 31 de dezembro de 2025

Entidade reportante
Ordem dos Advogados

Equipa técnica do reportante
Sandra Coelho (Coordenação)
Ana Cristina Delgado
Ana Rola
Cândida Bernardo
Elisa Barreira
Inês Cavaco
Pedro Benodis
Rita Rendeiro

Design, paginação e infografia
Ricardo Campos

Apoio à elaboração do relatório
Shiftify - Estratégias de Sustentabilidade, LDA

Data da publicação
julho de 2026

Editor
Ordem dos Advogados
Largo de São Domingos, 14, 1.º Andar
1169-060 Lisboa
www.oa.pt | sustentabilidade@oa.pt

Impressão:

Tiragem: 120 exemplares
Depósito legal: 568080/26
ISBN: 978-989-99844-4-8

© Ordem dos Advogados
Todos os direitos reservados.

Mensagem do Bastonário 04

01. Enquadramento do Relatório 09

02. Sobre a Ordem dos Advogados 15

03. Destaques 2025 29

04. Estratégia Institucional e Sustentabilidade 37

05. Direito pelo planeta 49

06. Direito pela cidadania 59

07. Direito pela transparência 77

08. Anexos 89

MENSAGEM DO BASTONÁRIO

Passado e Futuro, sempre em prol da Justiça



Em 2026, a Ordem dos Advogados celebra cem anos. Cem anos de compromisso com a Advocacia, com a Justiça, com a liberdade, com o Estado de Direito. **Ao longo deste século, a Ordem afirmou-se como instituição independente do poder político, defensora da legalidade democrática e garante de um princípio essencial em qualquer sociedade livre: o direito de todos os cidadãos a conhecer, a exercer e a defender os seus direitos.**

A história da Ordem confunde-se com a história da democracia portuguesa. Pela ação dos Advogados, foi possível proteger os mais vulneráveis, abrir o acesso ao Direito e aos tribunais, defender as liberdades fundamentais, preservar a independência da Justiça. Esse legado é hoje tão atual quanto no dia da fundação, em 1926.

Mas o Centenário não é apenas ocasião para celebrar o passado. **É, sobretudo, oportunidade para reafirmar o papel da instituição num tempo novo, marcado por**

desafios complexos e exigências renovadas.

Vivemos numa era de transformação acelerada. A informação circula a uma velocidade sem precedentes. A desinformação dissemina-se com a mesma intensidade. Numa altura de fragmentação política e social, e de contestação de princípios e instituições que julgávamos consolidados, **os Estados de Direito democráticos enfrentam pressões e vulnerabilidades que exigem vigilância permanente.** Neste cenário, o papel da Advocacia e da Ordem dos Advogados assume relevância acrescida.

Defender o Estado de Direito não é apenas garantir o funcionamento das instituições. É assegurar que cada cidadão compreende os seus direitos, conhece os mecanismos de proteção ao seu dispor e dispõe de condições efetivas para fazer valer a sua posição perante o Estado, as empresas e os demais poderes. A literacia jurídica é, por isso, uma dimensão central da cidadania democrática.

Num mundo em que a complexidade das normas pode afastar as pessoas do exercício consciente dos seus direitos, promover o conhecimento jurídico é também promover autonomia, confiança e participação cívica. É reforçar a qualidade da democracia. É combater a desigualdade no acesso à Justiça.

A Ordem dos Advogados tem assumido esse compromisso de forma cada vez mais intensa, através de iniciativas de proximidade com a sociedade, programas de sensibilização e projetos orientados para a valorização da cidadania e da informação jurídica.

É nesse espírito que a Ordem dos Advogados apresenta, pela primeira vez, o seu Relatório de Sustentabilidade.

Trata-se de uma iniciativa inédita entre as ordens profissionais portuguesas, fruto de uma decisão voluntária e estratégica. Não existe obrigação legal de elaborar este relatório. Mas entendemos que uma instituição com a história, a representatividade e a responsabilidade da Ordem dos Advogados deve adotar os mais elevados padrões de transparência e de





responsabilidade institucional.

Sob o nome **"Cidadania 100 Presunções"**, o plano de ação do presente relatório estrutura-se em três pilares fundamentais:

- **Direito pelo Planeta**, que traduz a responsabilidade ambiental da instituição.
- **Direito pela Cidadania**, que exprime o compromisso social da Ordem e o seu papel na defesa dos direitos dos cidadãos.
- **Direito pela Transparência**, que reforça a qualidade da governação, a ética institucional e a prestação de contas.

Estes pilares traduzem uma visão abrangente da sustentabilidade. Não como mera gestão eficiente de recursos. Como capacidade de gerar valor duradouro, fortalecer a confiança e contribuir positivamente para a sociedade.

Ao alinhar a sua atuação com a Agenda 2030 das Nações Unidas e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, **a Ordem assume o compromisso de integrar de forma progressiva os critérios ESG (Ambiente, Social e Governação) na sua atividade e na sua cultura organizacional.**

Este relatório é mais do que um novo instrumento de prestação de contas. É uma afirmação clara de identidade e de propósito. Ao mesmo tempo que honra um século de história, a Ordem dos Advogados demonstra que tradição e inovação não são conceitos opostos. Pelo contrário: uma instituição centenária permanece relevante precisamente porque sabe renovar-se, modernizar-se e responder com ambição aos desafios do seu tempo.



Num mundo em rápida transformação, a defesa da Justiça e do Estado de Direito exige instituições sólidas, transparentes e preparadas para o futuro. É esse o compromisso da Ordem dos Advogados. **Honrar o legado de cem anos ao serviço da sociedade portuguesa. Construir, com responsabilidade, visão e confiança, os próximos cem anos de defesa da Advocacia, da cidadania e da democracia.**



Nota Final

Em novembro de 2025, a Ordem dos Advogados foi agraciada por Sua Excelência o Presidente da República com a Grã-Cruz da Ordem de Cristo, a mais alta condecoração do Estado Português. A distinção reconhece o contributo histórico da instituição para a defesa da Justiça, da liberdade e do Estado de Direito. *Não há melhor forma de espelhar o reconhecimento de que Portugal seria incomensuravelmente mais pobre sem a Ordem dos Advogados.*

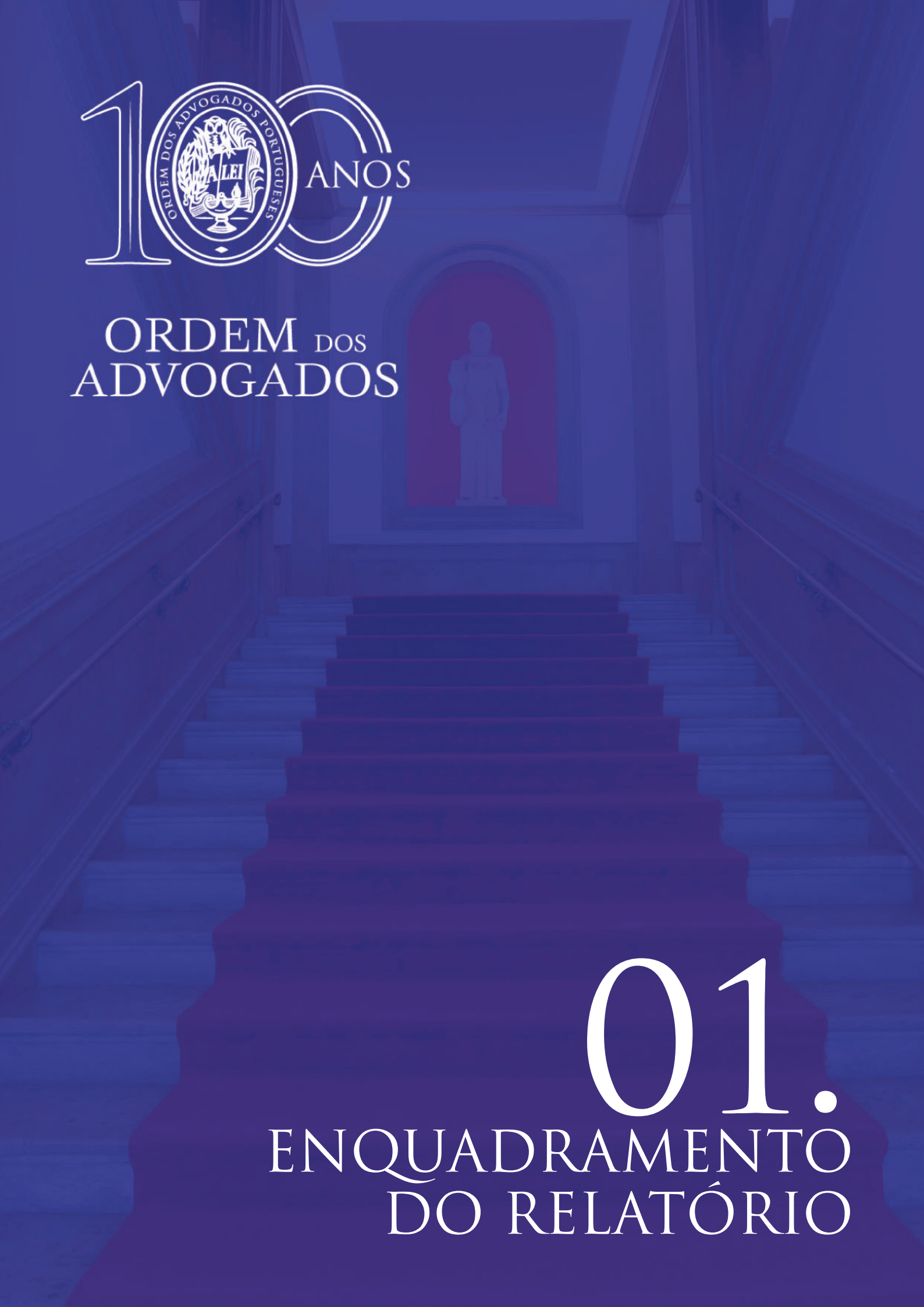
João Massano

O Bastonário, João Massano, e o Conselho Geral (Triénio 2025-2027)

100 ANOS ORDEM DOS ADVOGADOS



COMPROMISSO DIÁRIO
COM A **ADVOCACIA.**



ORDEM DOS ADVOGADOS

01.
ENQUADRAMENTO DO RELATÓRIO


FIÉIS AO **LEGADO.**
PIONEIROS NA
RESPONSABILIDADE.

1.1 ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Este é o primeiro Relatório de Sustentabilidade da Ordem dos Advogados (OA), elaborado de acordo com a Norma Voluntária de Relato de Sustentabilidade para Pequenas e Médias Empresas (PME) não cotadas (VSME), adotando o Módulo Abrangente. O relatório foi preparado numa base consolidada, integrando informação financeira e não financeira do Conselho Geral (CG) da Ordem dos Advogados. Sempre que pertinente, são também apresentadas iniciativas e ações desenvolvidas por órgãos regionais e locais, enquanto exemplos de boas práticas.



O presente Relatório tem como objetivo sistematizar e apresentar informação relevante sobre a atuação institucional do CG da Ordem para o período de 2025, no âmbito das competências que lhe estão legalmente atribuídas enquanto associação pública profissional. Neste contexto, o relatório procura contribuir para uma maior transparência institucional, bem como para uma melhor compreensão das práticas, iniciativas e procedimentos adotados em matérias relevantes do ponto de vista da sustentabilidade. O reporte incide sobre a atividade institucional, abrangendo, designadamente, as suas operações administrativas, organizativas e de apoio ao exercício da Advocacia.

1.2 LIMITAÇÕES E OMISSÕES



Atendendo à complexidade institucional da estrutura da Ordem dos Advogados e ao facto de este constituir o primeiro exercício de reporte de sustentabilidade, optou-se por circunscrever a informação apresentada aos dados do Conselho Geral. Esta opção metodológica permitiu assegurar uma base de reporte consistente e fiável, tendo em conta os processos atualmente disponíveis de recolha, tratamento e validação da informação. Importa referir que esta delimitação não traduz uma desvalorização das restantes estruturas, órgãos ou entidades relevantes, mas antes uma abordagem prudente e ajustada ao atual nível de maturidade do processo de reporte.

As atividades profissionais desenvolvidas individualmente pelos Advogados inscritos, bem como as sociedades de Advogados e outras entidades juridicamente autónomas, não integram o âmbito do presente relatório, por não se encontrarem sob o controlo operacional direto da Ordem dos Advogados para efeitos deste exercício.







Este relatório constitui, assim, um ponto de partida para o desenvolvimento progressivo das práticas de reporte de sustentabilidade na instituição, prevendo-se o eventual alargamento futuro do perímetro de análise, em função da evolução dos mecanismos internos e da disponibilidade de informação.

1.3 CONTACTO PARA ESCLARECIMENTOS

A Ordem dos Advogados valoriza a participação dos seus membros e das demais partes interessadas, incentivando o envio de comentários que contribuam para o reforço da transparência, bem como para a melhoria contínua das suas práticas e do reporte nesta matéria. Para pedidos de esclarecimento, sugestões ou contributos relativos ao presente Relatório de Sustentabilidade, deverá ser utilizado o endereço de correio eletrónico: sustentabilidade@oa.pt


DEFENDER O **FUTURO**
É TAMBÉM **PROTEGER O PLANETA.**

100 ANOS

ORDEM DOS ADVOGADOS

02. SOBRE A ORDEM DOS ADVOGADOS



100 ANOS DE ORDEM, **JUSTIÇA E MISSÃO**.

2.1 VISÃO GERAL



A Ordem dos Advogados é uma associação pública profissional, nos termos do respetivo Estatuto, aprovado pela Lei n.º 145/2015, de 9 de setembro, exercendo as suas atribuições com autonomia administrativa e financeira.

A atuação da OA desenvolve-se no âmbito da regulação do acesso e do exercício da Advocacia, da defesa da profissão e da colaboração com a administração da Justiça, abrangendo a organização interna da instituição e a sua relação com os Advogados inscritos, enquanto associados, bem como com os demais intervenientes do sistema de justiça e da sociedade.

A sede da Ordem dos Advogados localiza-se no
Largo de São Domingos, n.º 14, Piso 1, 1169-060 Lisboa.

Tabela 1. Informações gerais da Ordem

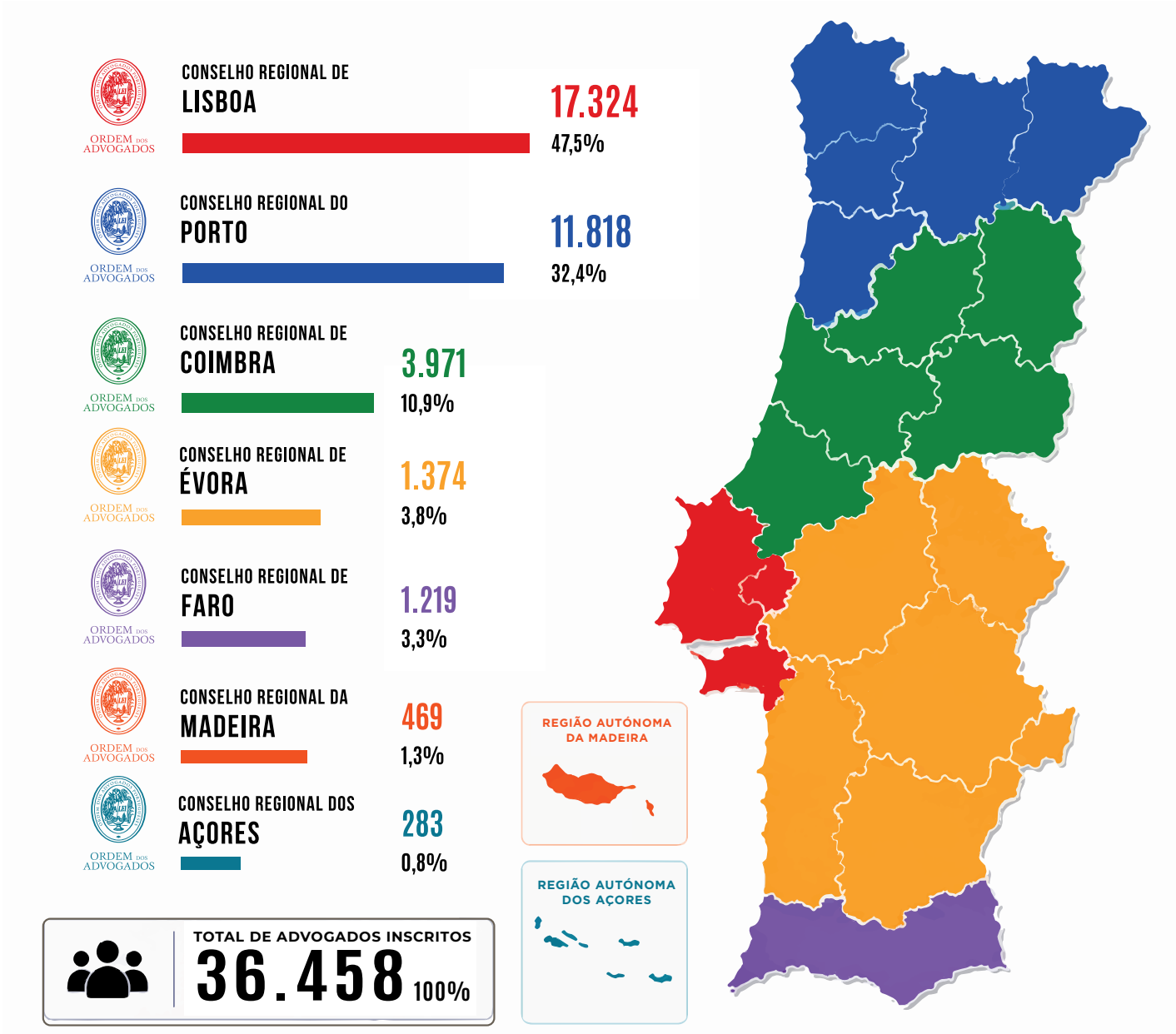
Natureza jurídica	Associação Pública Profissional
CAE	94120 – Atividades de organizações profissionais
Volume de negócios (€)	14.878.878,50€
NIF	500 965 099
País onde opera	Portugal (PT)

No exercício das suas funções, a OA orienta a sua atividade por princípios de legalidade, independência, transparência e responsabilidade institucional, assegurando o cumprimento das competências que lhe estão atribuídas.

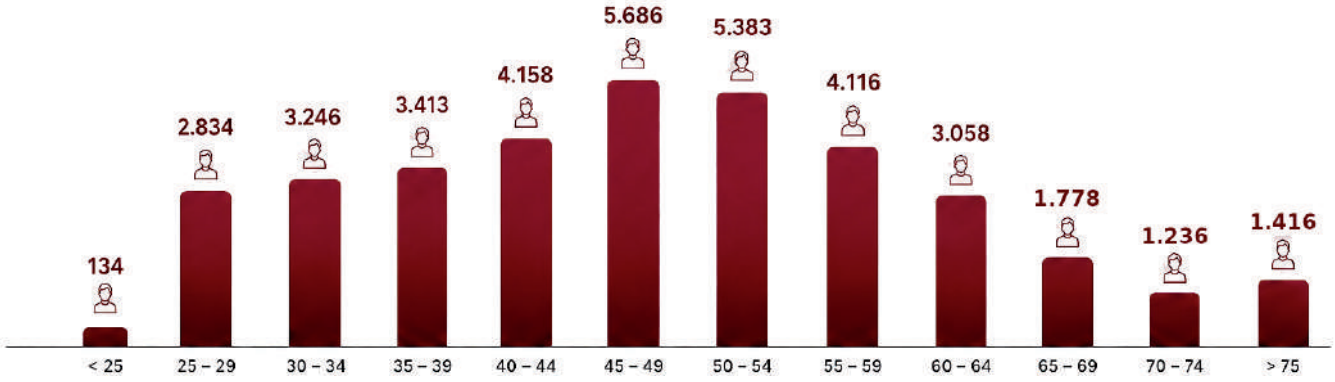
A sua atuação integra matérias relacionadas com governação, ética, funcionamento institucional e gestão dos recursos afetos à atividade administrativa e de apoio à profissão.

A relação com os associados constitui um elemento central da atuação da OA, designadamente no âmbito da inscrição profissional, da formação inicial e contínua, do acompanhamento do exercício da Advocacia e da representação institucional da profissão.

Infografia 1. Distribuição de Advogados por Conselho Regional

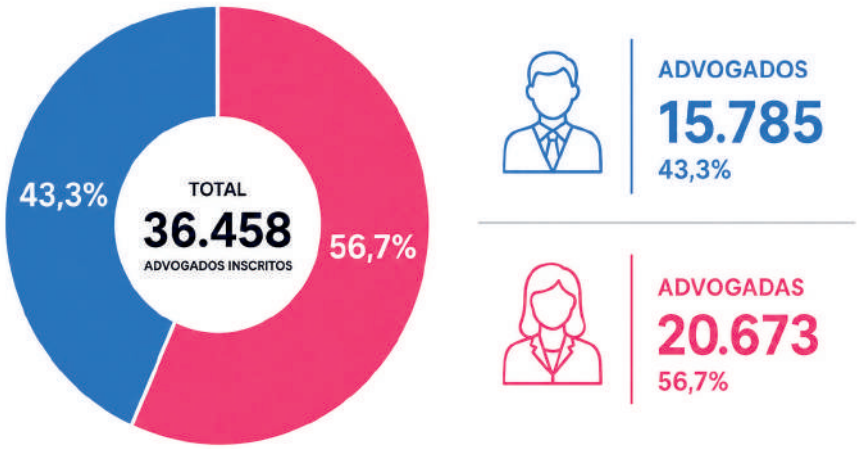


Infografia 2. Distribuição por faixas etárias dos Advogados



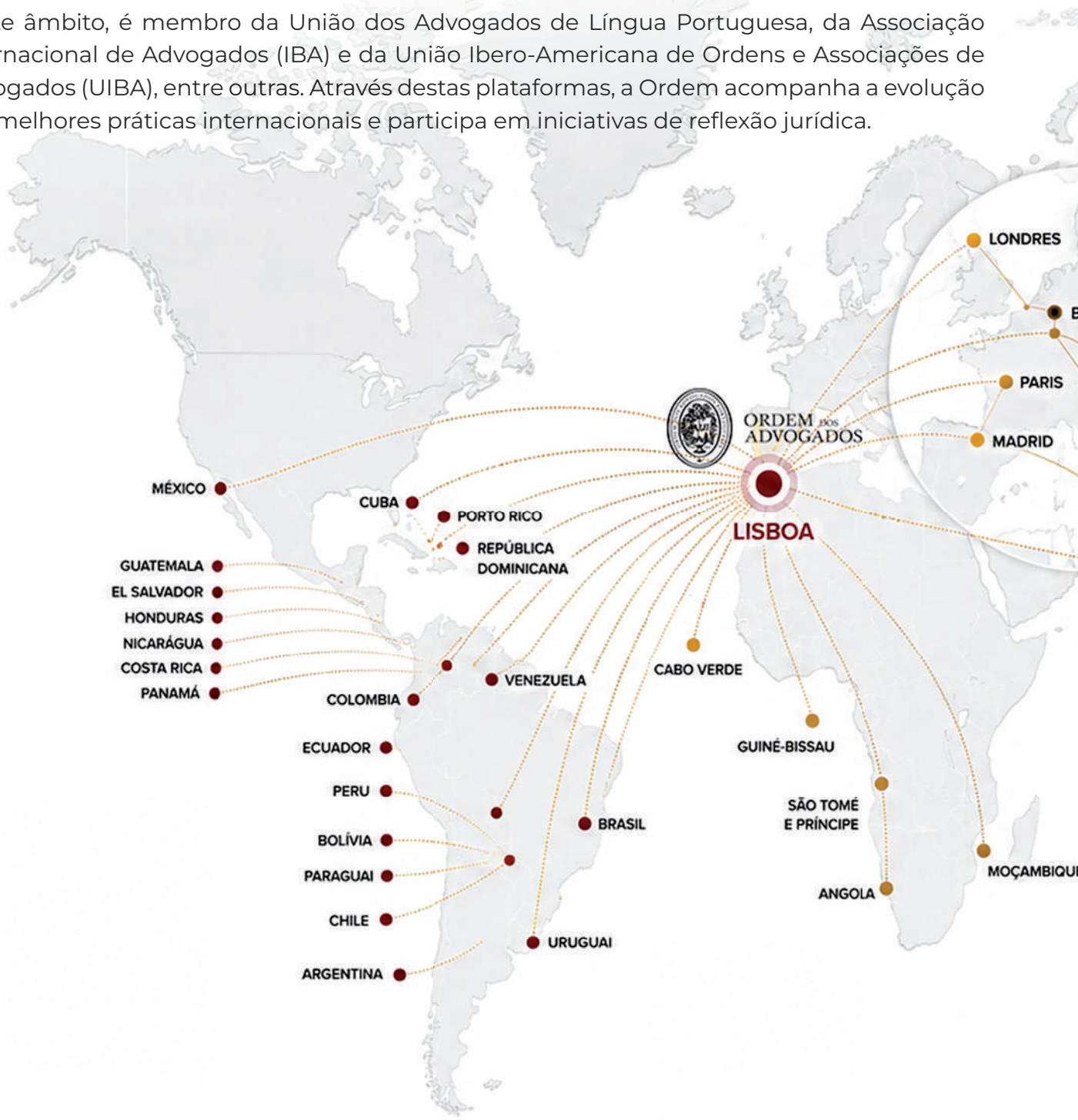


Infografia 3. Distribuição por sexo dos Advogados



A Ordem dos Advogados integra diversas organizações internacionais relevantes para a Advocacia, reforçando a sua participação em redes de cooperação e diálogo jurídico à escala global.

Neste âmbito, é membro da União dos Advogados de Língua Portuguesa, da Associação Internacional de Advogados (IBA) e da União Ibero-Americana de Ordens e Associações de Advogados (UIBA), entre outras. Através destas plataformas, a Ordem acompanha a evolução das melhores práticas internacionais e participa em iniciativas de reflexão jurídica.



Membro fundador da **UALP – União dos Advogados de Língua Portuguesa** que integra as Ordens dos Advogados de:

- Angola
- Brasil
- Cabo Verde
- Guiné-Bissau
- Macau
- Moçambique
- São Tomé e Príncipe
- Portugal

Através da **UIBA** – Union Iberoamericana de Colégios y Agrupaciones de Abogados ligação à comunidade ibero-americana:



- Argentina
- Bolívia
- Brasil
- Colômbia
- Costa Rica
- Cuba
- Chile
- Equador
- El Salvador
- Espanha
- Guatemala
- Honduras
- México
- Nicarágua
- Panamá
- Paraguai
- Peru
- Portugal
- Porto Rico
- República Dominicana
- Uruguai
- Venezuela

AIJA – Association International des Jeunes Avocats
Bruxelas, Bélgica

CCBE – Council of Bars and Law Societies of Europe
Bruxelas, Bélgica

CE – Conselho da Europa
Estrasburgo, França

CIAR – Centro Iberoamericano de Arbitraje
Madrid, Espanha

ECLA – European Company Lawyers Association
Bruxelas, Bélgica

EIPA – European Institute of Public Administration
Luxemburgo

EYBA – European Young Lawyers Association
Praga, Chéquia

FBE – Fédération des Barreaux d'Europe
Estrasburgo, França

IBA – International Bar Association
Londres, Reino Unido

UIA – Union Internationale des Avocats
Paris, França

UIBA – Union Iberoamericana de Colégios y Agrupaciones de Abogados
Madrid, Espanha

UALP – União de Advogados de Língua Portuguesa
Lisboa, Portugal
Membro fundador

2.2 ESTRUTURA ORGÂNICA - ORGANOGRAMA

A OA tem âmbito nacional e tem como órgãos sociais, de âmbito nacional, o Bastonário, o Conselho Geral, o Conselho Superior, o Conselho de Supervisão, o Conselho Fiscal e o Provedor dos Destinatários dos Serviços, além da Assembleia Geral e do Congresso dos Advogados.



A nível regional e local, está estruturada em sete regiões com representação em Lisboa, Porto, Coimbra, Faro, Évora, Açores (Ponta Delgada) e Madeira (Funchal), através dos Conselhos Regionais, bem como das respetivas Delegações. Em cada uma destas regiões existe ainda um órgão essencial, os Conselhos de Deontologia, um por cada um dos Conselhos Regionais.



2.3 ATRIBUIÇÕES, COMPETÊNCIAS E POLÍTICAS

A Ordem dos Advogados exerce a sua atividade enquanto associação pública profissional, nos termos do respetivo Estatuto e da legislação aplicável, assumindo responsabilidades legais e institucionais essenciais ao funcionamento do Estado de Direito e à administração da Justiça. A sua atuação centra-se na representação da Advocacia, na regulação do acesso e do exercício da profissão, na defesa da dignidade e da deontologia profissional e na colaboração na promoção do acesso ao direito e à Justiça.



Regulação Profissional

Gestão dos processos de inscrição de Advogados e Advogados estagiários, definição e aplicação de normas deontológicas, bem como supervisão e exercício da função disciplinar.

Defesa do Estado de Direito

Afirmação e defesa da Advocacia enquanto pilar essencial do Estado de Direito, contribuindo para a salvaguarda dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

Formação

Promoção da formação inicial e contínua, organização de estágios profissionais e articulação com entidades académicas no âmbito da qualificação da profissão.

Acesso ao Direito

Promoção do acesso ao direito e da literacia jurídica, com especial enfoque na proteção de grupos mais vulneráveis e na aproximação da justiça aos cidadãos.



A ORDEM GARANTE AOS ADVOGADOS SEGURO PROFISSIONAL BASE E AOS CIDADÃOS A COBERTURA DE PREJUÍZOS NO EXERCÍCIO DA ADVOCACIA

Nos termos do Estatuto, os Advogados estão obrigados a dispor de um seguro de responsabilidade civil profissional. Neste âmbito, a Ordem dos Advogados assegura um seguro de grupo, com um capital de 150 mil euros, suportando integralmente a respetiva subscrição.

Desta forma, todos os Advogados com inscrição em vigor estão abrangidos, beneficiando automaticamente, de um Seguro Base de Responsabilidade Civil Profissional, sem necessidade de qualquer tipo de adesão – sendo cumulativamente, uma garantia de cobertura de danos para os cidadãos, no caso de uma prestação menos correta dos serviços de Advocacia.

2.4 RELAÇÃO COM PARTES INTERESSADAS

A OA reconhece que o cumprimento da sua missão depende de uma relação contínua e estruturada com um conjunto diversificado de partes interessadas institucionais. Estas entidades influenciam e são influenciadas pela atividade da Ordem, contribuindo para o reforço da confiança no sistema de justiça e para a defesa do Estado de Direito.

A interação com estas partes interessadas desenvolve-se através de diferentes mecanismos institucionais, incluindo a participação em órgãos e estruturas formais, a realização de reuniões e consultas, bem como a comunicação regular através de canais institucionais.

Associados da Ordem

- Advogados inscritos
- Advogados estagiários
- Representação institucional e regulação profissional

Entidades do Sistema de Justiça

- Magistratura Judicial e Magistratura do Ministério Público
- Ordens Profissionais da Justiça
- Associações profissionais e sindicais
- Organismos reguladores

Órgãos de Soberania e Entidades Públicas

- Presidente e Assembleia da República
- Governo e Administração Pública
- Tribunais e Sistema judicial
- Tribunal Europeu dos Direitos do Homem
- Tribunal de Justiça da UE

Sociedade Civil e Entidades Sociais

- Associações sectoriais*
- Organizações da sociedade civil e IPSS
- Entidades culturais e educativas
- Iniciativas de apoio ao acesso ao direito

Fornecedores e Prestadores de Serviços

- Tecnologia e plataformas digitais
- Energia e comunicações
- Prestação de serviços com critérios de responsabilidade e transparência

Instituições de Ensino

- Universidades
- Faculdades de Direito
- Institutos politécnicos
- Outras instituições de ensino

* ANJAP - Associação Nacional de Jovens Advogados, ASAP - Associação das Sociedades de Advogados de Portugal, Fórum Penal, CNED, entre outras organizações.






Sistema de Acesso ao
Direito e aos Tribunais
Ordem dos
Advogados








126
226
SER
ADVOGADO
É NÃO
DESISTIR
100
ANOS
ORDEM DOS
ADVOGADOS


126
226
SER
ADVOGADO
É NÃO
DESISTIR









A **ORDEM GOVERNA-SE** PELOS
MESMOS **VALORES QUE DEFENDE.**

100 ANOS

ORDEM DOS ADVOGADOS

03.
Destaques 2025



CELEBRAR **100 ANOS**
É TAMBÉM **LIDERAR**
PELO EXEMPLO.

3.1 A ORDEM EM 2025: DESTAQUES

36.458
ADVOGADOS
COM INSCRIÇÃO ATIVA

Distribuídos por 7 Conselhos Regionais no continente e ilhas

Registamos
1.025
NOVOS
ADVOGADOS
em 2025

20.673
ADVOGADAS – 57%

15.785
ADVOGADOS – 43%

1678
NOVOS ADVOGADOS
ESTAGIÁRIOS

2.131
SOCIEDADES DE
ADVOGADOS
REGISTADAS

30.000 Km
percorridos.

ORDEM MAIS PRÓXIMA

Bastonato 100 Fronteiras.
Conselhos Abertos.

Presença em iniciativas promovidas pelos órgãos regionais e locais da OA.

Mais de
120
PARECERES
DA ORDEM

com pronúncia sobre projetos e propostas de lei em discussão na Assembleia da República

AO SERVIÇO DA ADVOCACIA
+ de 500
Advogados titulares de cargos na OA

- **1** BASTONÁRIO
- **4** ÓRGÃOS NACIONAIS – Conselho Geral, Superior, Supervisão e Fiscal
- **1** PROVEDOR DOS DESTINATÁRIOS DOS SERVIÇOS
- **14** ÓRGÃOS REGIONAIS – 7 Conselhos Regionais e 7 Conselhos de Deontologia
- + DE **200** ÓRGÃOS LOCAIS – Delegações

E AINDA **66** COLABORADORES

ACESSO AO DIREITO E
AOS TRIBUNAIS

11.213 advogados asseguram o sistema de acesso ao direito e aos tribunais

223.449
indicação
para escalas

252.767
nomeações
apoio judiciário

66.435
nomeações
urgentes

RUMO AO CENTENÁRIO (1926-2026)

Em 2026, a Ordem comemora 100 anos como associação independente do poder político, defensora dos mais fracos e da legalidade. 100 Anos em Defesa dos Advogados, da Advocacia, da Liberdade e do Estado de Direito. O extenso programa de comemorações começou a ser desenhado em 2025.











REFORÇO DA PROXIMIDADE INSTITUCIONAL

Conselhos Abertos e Bastonato 100 Fronteiras



A proximidade e descentralização são uma prioridade do Conselho Geral, levando a Ordem para 'fora de portas', desde Lisboa para o país (continente e ilhas) - foram mais de 30 mil quilómetros percorridos. Essa proximidade também abriu a porta à auscultação direta dos Advogados e ao diálogo, através da criação de uma iniciativa inédita, de realização regular: o "Conselho Aberto", que teve duas edições em 2025 (Lisboa e Funchal).



FORMAÇÃO
ORDEM DOS ADVOGADOS



PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO



A Formação contínua e complementar dos Advogados passou a ser uma aposta dinamizada, também, pelo Conselho Geral. Foram disponibilizadas 30 ações, quase 60 horas de formação, às quais aderiram mais de 60 oradores convidados, proporcionando conteúdos e qualificações que despertaram o interesse de quase 23 mil inscritos.

VOZ RELEVANTE NA JUSTIÇA

A Ordem criou a iniciativa "Ordem Com Vida", promovendo encontros informais e construtivos com personalidades de relevo da vida pública nacional, entre personalidades políticas, académicas, culturais e do setor económico, reforçando o diálogo com a sociedade civil. A esta ação junta-se a dinamização das relações institucionais com o Estado, quer ao nível governamental, quer ao nível dos serviços públicos. O objetivo é trabalhar na resolução de problemas dos Advogados, mas também apresentar contributos para melhorar o sistema de Justiça.

ORDEM COM VIDA











PROGRAMA ADVOGADO 360º: SERVIR OS ADVOGADOS

O Programa Advogado 360º visa agregar a criação e implementação de um conjunto de serviços de apoio ao trabalho dos Advogados (tendo mesmo sido criada uma Comissão com o mesmo nome para gerir o trabalho a realizar, que tomou posse em novembro). Entre várias medidas e ferramentas criadas, destacam-se o POD Advogar (uma plataforma digital dedicada à credenciação de Advogados para uso do cidadão em busca de um profissional) e o OA Cuida (uma linha de apoio psicológico gratuito para todos os Advogados).

PROGRAMA ADVOGADO 360º

Pod Advogar

OA CUIDA
APOIO PSICOLÓGICO





SUSTENTABILIDADE, EQUIDADE, INTEGRIDADE
É A MISSÃO DA ORDEM.

100 ANOS

ORDEM DOS ADVOGADOS

04.
ESTRATÉGIA INSTITUCIONAL E SUSTENTABILIDADE


PRINCÍPIOS SÓLIDOS,
FUTURO ASSEGURADO.

4.1 ENQUADRAMENTO DA SUSTENTABILIDADE NA MISSÃO DA OA

A sustentabilidade tem vindo a afirmar-se como um eixo relevante na atuação de entidades públicas e profissionais, refletindo a crescente integração de princípios de responsabilidade, transparência e boa governação na gestão institucional.

Neste contexto, a Ordem dos Advogados iniciou um processo de integração progressiva de princípios de sustentabilidade na sua atuação, procurando estruturar uma abordagem alinhada com as suas funções institucionais e com as boas práticas internacionais. Esta abordagem insere-se num enquadramento jurídico europeu e internacional que consagra princípios como a transparência, a ética institucional, a boa governação e a proteção dos direitos humanos.



4.2 PLANO DE AÇÃO DE SUSTENTABILIDADE – CIDADANIA 100 PRESUNÇÕES

A decisão de avançar com o primeiro Relatório de Sustentabilidade da Ordem dos Advogados resulta de uma reflexão sobre a sua missão e, sobretudo, sobre o papel da Advocacia na sociedade: a defesa dos direitos dos cidadãos e dos valores que sustentam o Estado de Direito.

No ano em que se aproxima da celebração do seu centenário, a Ordem dos Advogados publica o seu primeiro relatório de sustentabilidade, com o objetivo de reforçar a sua responsabilidade social e o seu contributo para a sociedade portuguesa e para o setor da Advocacia, afirmando-se também como exemplo ao nível social e ambiental.



Em alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a Agenda 2030, a Ordem dos Advogados pretende avaliar a sua atuação de acordo com critérios ESG — Ambiente, Social e Governação — e promover a adoção de boas práticas, consolidando um compromisso com a sustentabilidade para o próximo século.



O plano de ação "Cidadania 100 Presunções" estrutura-se em três pilares fundamentais, alinhados com os valores da Ordem dos Advogados e com o seu papel na sociedade, nomeadamente na defesa dos cidadãos e na salvaguarda dos direitos e liberdades num Estado de Direito democrático:

AMBIENTE
Direito pelo Planeta

SOCIAL
Direito pela Cidadania

GOVERNAÇÃO
Direito pela Transparência

4.3. CIDADANIA 100 PRESUNÇÕES: DIREITO PELO PLANETA

No domínio ambiental, a OA procura promover uma gestão mais eficiente dos recursos e uma redução progressiva dos impactes associados à sua atividade, alinhando-se com boas práticas de sustentabilidade.

As iniciativas apresentadas correspondem a linhas de atuação prioritárias, algumas já iniciadas, que visam melhorar o desempenho ambiental da organização, nomeadamente ao nível da energia, das emissões e da gestão de recursos.



Ação A1

Mobilidade sustentável

Incentivo à mobilidade sustentável através da promoção da utilização de transportes coletivos e avaliação do apoio ao passe de transportes públicos para todos os colaboradores do CGOA.

Ação A2

Energia renovável

Avaliação das condições de fornecimento e subsequente transição para a contratação de eletricidade de origem 100% renovável para o Conselho Geral.





Ação A3

Eficiência energética

Monitorização dos consumos, e identificação de oportunidades de melhoria (nomeadamente iluminação e sistemas AVAC), com vista à implementação de medidas de eficiência sempre que tecnicamente e economicamente viáveis.

Ação A4

Gestão de consumíveis e resíduos

Redução do consumo de papel, e avaliação do potencial de aquisição de papel reciclado e estabelecimento de parcerias para a valorização e reciclagem de resíduos.





Ação A5

Compensação de emissões

Avaliação e eventual implementação de iniciativas de compensação de emissões de GEE, nomeadamente através de projetos de plantação de árvores, assegurando a sua credibilidade através de mecanismos de gestão que garantam a adicionalidade climática.

Ação A6

Biocombustíveis no abastecimento

Avaliação das opções de fornecimento de combustíveis, com vista à identificação de fornecedores que disponibilizem combustíveis com maior incorporação de biocombustíveis.





Ação A7

Contributo jurídico para o clima

Promoção de debates, conferências e iniciativas sobre a sustentabilidade.

Participação no IBA Climate Registry.

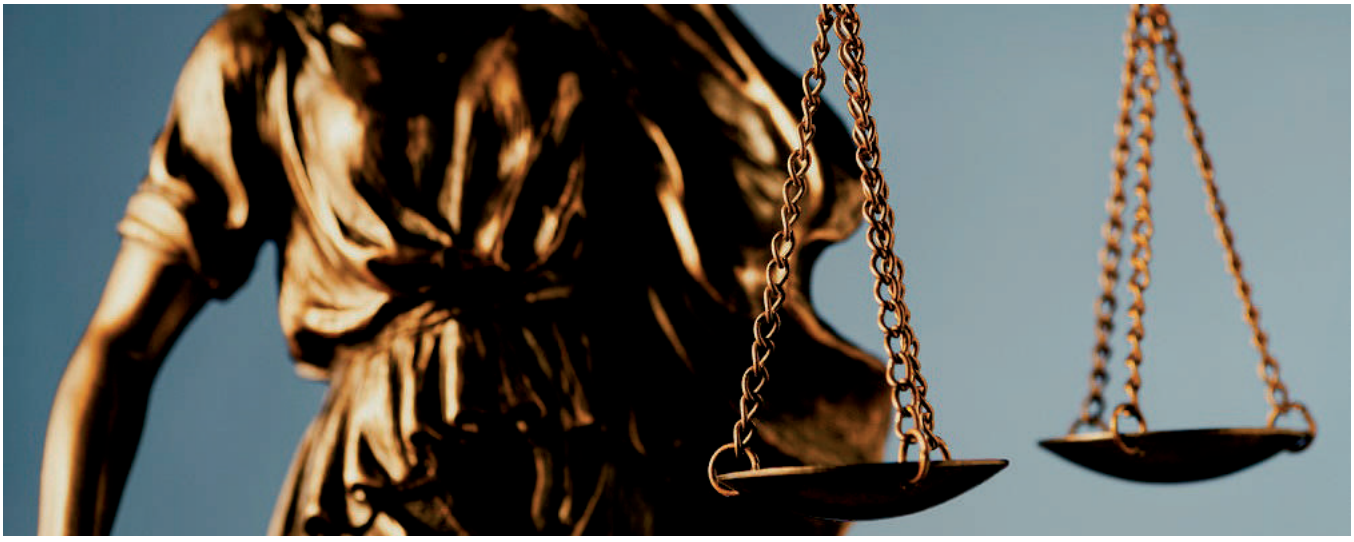
4.4. CIDADANIA 100 PRESUNÇÕES: DIREITO PELA CIDADANIA



No domínio social, a Ordem dos Advogados desenvolve iniciativas orientadas para:

- a promoção do acesso ao direito;
- o reforço da qualificação da profissão;
- o aprofundamento do diálogo com os seus associados e com a sociedade.

As ações identificadas refletem áreas prioritárias de atuação, alinhadas com a missão institucional, e visam contribuir para a valorização da Advocacia, a inclusão e o fortalecimento da relação com as partes interessadas.



Ação S1

Apoio Jurídico em contextos de vulnerabilidade

Estruturação e desenvolvimento de iniciativas de apoio jurídico e *pro bono*, incluindo a criação de mecanismos que incentivem a participação dos Advogados em causas de interesse social.





Ação S2

Integração da sustentabilidade na Formação

Incorporação progressiva de conteúdos relacionados com direito ambiental e climático, direitos humanos e sustentabilidade nos programas de formação.

Ação S3

Reforço do diálogo com associados

Promoção de mecanismos de consulta e auscultação, incluindo questionários e iniciativas de participação, bem como a divulgação dos resultados através dos canais institucionais.



4.5 CIDADANIA 100 PRESUNÇÕES: DIREITO PELA TRANSPARÊNCIA

No âmbito da integração progressiva da sustentabilidade na sua atuação, a Ordem dos Advogados identifica a governação como um eixo fundamental para assegurar a transparência, a integridade institucional e a responsabilidade na tomada de decisão.

As iniciativas apresentadas correspondem a linhas de atuação prioritárias no domínio da governação, algumas das quais já iniciadas, e que serão progressivamente desenvolvidas com vista ao reforço dos mecanismos institucionais, da comunicação e da incorporação de princípios de sustentabilidade na gestão da organização.



Ação G1

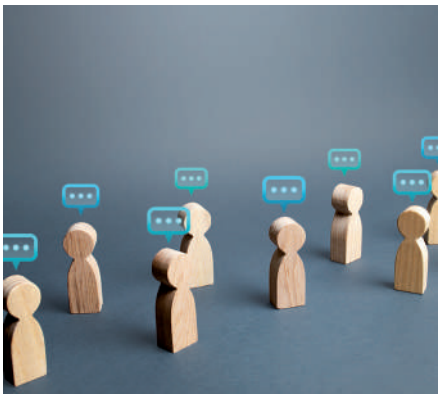
Reforço da comunicação sobre ética e denúncias

Sistematização dos instrumentos de ética e integridade, incluindo a clarificação e divulgação dos canais de denúncia, em alinhamento com a Diretiva (UE) 2019/1937.

Ação G2

Transparência institucional estruturada

Reforço da transparência através da divulgação periódica de informação institucional relevante e da utilização do relatório de sustentabilidade como instrumento de comunicação e sensibilização.





Ação G3

Protocolos internos e normalização de procedimentos

Definição e implementação de protocolos internos com vista à uniformização de procedimentos, clarificação de responsabilidades e reforço dos mecanismos de controlo interno e eficiência operacional.

Ação G4

Desenvolvimento de compras sustentáveis

Elaboração e implementação de uma Política de Compras Sustentáveis, promovendo a integração de critérios ESG na cadeia de fornecimento.





Ação G5

Integração dos resultados do inquérito às partes interessadas

Análise dos resultados do inquérito às partes interessadas e definição de medidas de resposta, assegurando a sua incorporação no planeamento estratégico e o acompanhamento da sua implementação.


COMPROMISSO COM O **AMBIENTE.**
COMPROMISSO **COM A VIDA.**

100 ANOS

ORDEM DOS ADVOGADOS

05.
DIREITO PELO PLANETA


A JUSTIÇA **SUSTENTÁVEL**
COMEÇA NA **CONFIANÇA.**

5.1 ENQUADRAMENTO AMBIENTAL

A atuação da Ordem dos Advogados no domínio ambiental enquadra-se na sua responsabilidade enquanto entidade de serviços, cujos principais impactos decorrem, sobretudo, do consumo de energia, da utilização de recursos e das deslocações associadas à sua atividade.

Neste contexto, e atendendo ao impacto ambiental limitado associado à sua atividade, a Ordem tem vindo a desenvolver uma abordagem progressiva à gestão ambiental, orientada para a melhoria da eficiência na utilização de recursos, a redução dos impactes associados e a integração de boas práticas de sustentabilidade no seu funcionamento.







5.2 POLÍTICA AMBIENTAL

A política ambiental da OA visa reforçar o seu compromisso com a integração progressiva na sua atividade institucional de boas práticas ambientais, nesta primeira fase incidindo sobre a atuação dos seus órgãos nacionais e respetivos serviços administrativos e de gestão, com base nos seguintes compromissos e objetivos:

- **Responsabilidade institucional;**
- **Contributo institucional;**
- **Prevenção e eficiência;**
- **Melhoria contínua do desempenho;**
- **Proporcionalidade e sensibilização;**
- **Transição verde e digital;**
- **Transparência.**



Faça Scan
para visitar ou descarregar

Link:
https://portal.oa.pt/media/149795/para-uma-ordem-sustentavel_politicaambiental.pdf

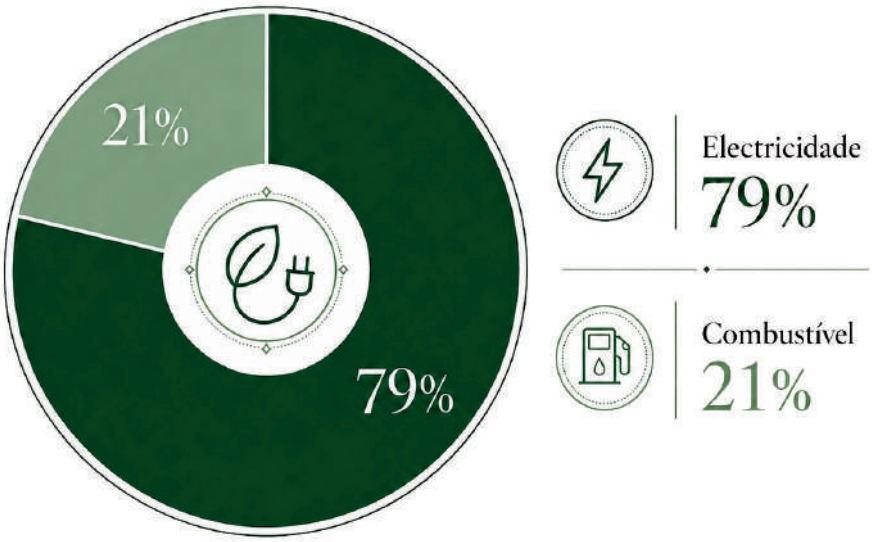
5.3 CONSUMO DE ENERGIA

O perfil energético da Ordem dos Advogados é característico de organizações de serviços, com predominância do consumo de eletricidade e reduzida utilização de combustíveis.

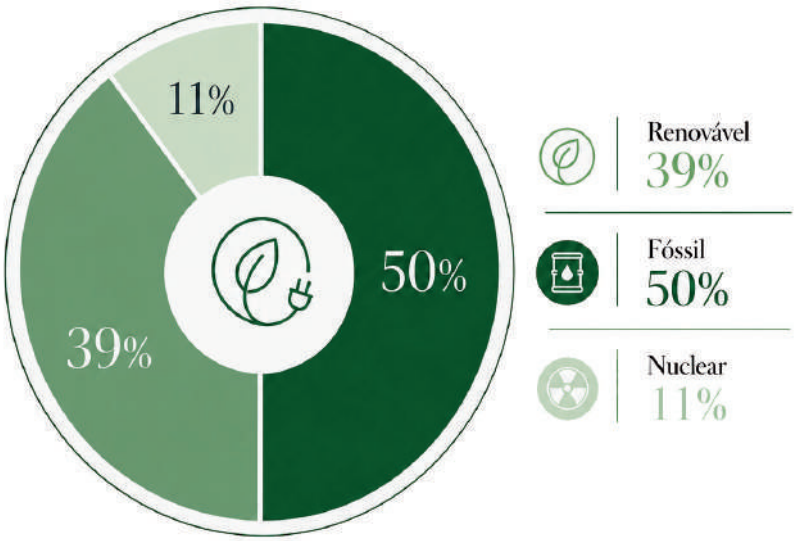
Em 2025, o consumo energético total do Conselho Geral da Ordem foi de 138.783 kWh, distribuído entre eletricidade e combustíveis. A eletricidade representou a principal fonte de consumo, com 109.652 kWh, associado ao funcionamento do edifício, enquanto os combustíveis corresponderam a 29.130 kWh, associados as deslocações em frota própria.

Relativamente à origem da energia, verifica-se uma predominância de fontes fósseis, seguidas de fontes renováveis e nucleares.

Infografia 4. Consumo Energético



Infografia 5. Origem da Energia



5.4 EMISSÕES DE GEE

5.4.1 METODOLOGIA

A quantificação das emissões de gases com efeito de estufa (GEE) foi realizada em conformidade com o *GHG Protocol,* adotando a abordagem de controlo operacional para o Conselho Geral da Ordem dos Advogados, no âmbito da sua atividade referente a 2025. A análise incidiu sobre as emissões de âmbito 1, associadas à combustão na frota própria e a eventuais fugas de gases refrigerantes dos sistemas de climatização, e de âmbito 2, relativas ao consumo de eletricidade nas instalações. No que respeita ao âmbito 2, o cálculo das emissões foi efetuado segundo as abordagens de localização e de mercado, em linha com as recomendações do *GHG Protocol*.

As emissões de âmbito 3 não foram consideradas no presente exercício, por se tratar de um primeiro ano de quantificação, estando prevista a sua inclusão em exercícios futuros, à medida que exista maior disponibilidade e robustez de dados.

Para a determinação das emissões foram utilizados fatores de emissão provenientes de fontes reconhecidas, nomeadamente o DESNZ (anteriormente DEFRA) para os combustíveis, e o fornecedor de eletricidade e a Agência Portuguesa do Ambiente para a eletricidade.

5.4.2. RESULTADOS

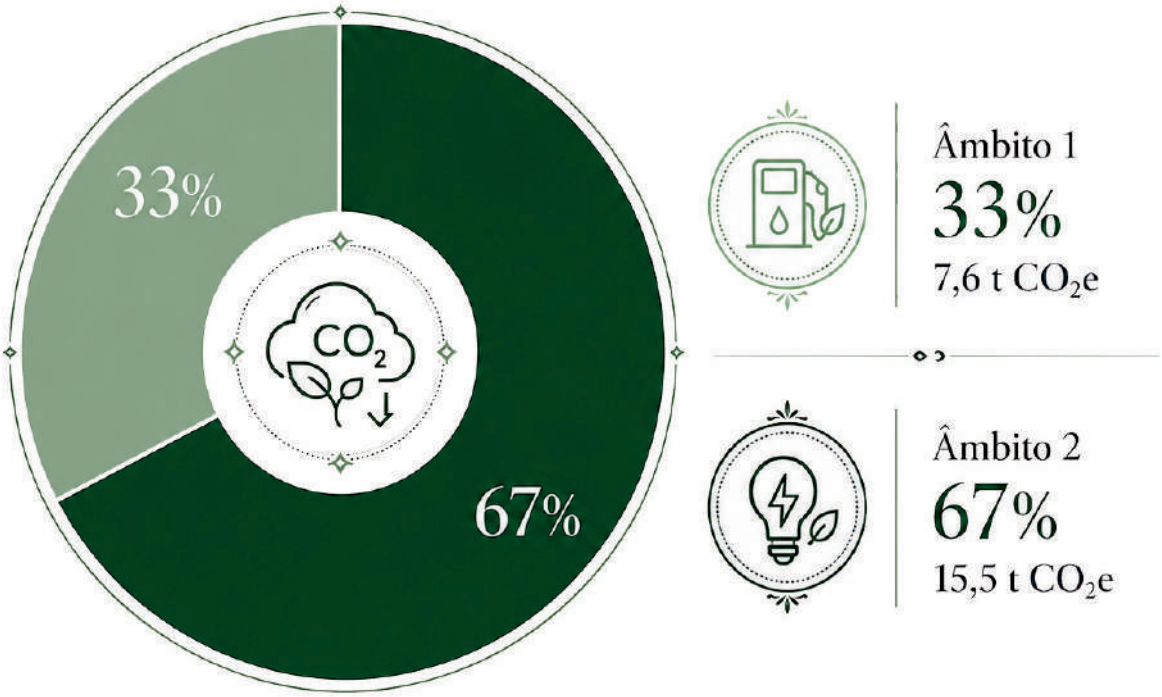
Em 2025, as emissões de GEE associadas ao Conselho Geral da OA totalizaram 23,1 t CO_2 e segundo a abordagem de mercado e 17,6 t CO_2 e segundo a abordagem de localização.

As emissões de âmbito 1 ascenderam a 7,6 t CO_2 e, sendo integralmente provenientes da combustão móvel associada à frota própria, não se tendo verificado fugas de gases refrigerantes.

Relativamente ao âmbito 2, as emissões resultantes do consumo de eletricidade foram de 15,5 t CO_2 e segundo a abordagem de mercado e de 10,1 t CO_2 e segundo a abordagem de localização. De forma global, verifica-se que o principal contributo para a pegada de carbono da OA está associado ao consumo de eletricidade.



Infografia 6. Emissões GEE



5.5. CONSUMO DE ÁGUA

A Ordem dos Advogados utiliza exclusivamente água proveniente da rede pública de abastecimento, não recorrendo a captação própria, designadamente furos, poços ou qualquer outro tipo de fonte alternativa. Assim, todo o consumo hídrico registado no período em análise teve origem na água fornecida pelo sistema municipal. No exercício em causa, o consumo total de água em 2025 foi de 611 m³.



5.6. GESTÃO DE RESÍDUOS

O encaminhamento da totalidade dos resíduos produzidos é assegurado pelos serviços de Higiene Urbana da Câmara Municipal de Lisboa, enquanto entidade responsável pela gestão de resíduos urbanos no município, considerando que a produção diária é inferior a 1.100 litros.

Não obstante, identifica-se como oportunidade de melhoria o reforço da separação de resíduos na origem, com vista a promover uma gestão mais eficiente, aumentar o potencial de valorização e melhorar o desempenho ambiental associado a este processo.

5.7. COMPRAS E CONSUMÍVEIS

No âmbito de Compras e Consumíveis, encontra-se prevista para 2026 a implementação de uma Política de Compras Sustentáveis. Embora a sua aplicação formal só venha a ocorrer no exercício seguinte, considera-se relevante enquadrar desde já esta linha de atuação no presente relatório, enquanto medida em preparação.

Esta política não terá como objetivo excluir fornecedores de forma automática, mas antes criar uma base de avaliação que permita conhecer melhor o seu desempenho, sensibilizá-los para critérios de sustentabilidade e incentivar a melhoria progressiva das suas práticas. Numa fase posterior, poderá ainda funcionar como critério de desempate entre fornecedores com propostas equivalentes.

5.8. AMBIENTE: ATUAÇÃO EM 2025

DESMATERIALIZAÇÃO

O eixo digitalização traduziu-se na modernização de ferramentas essenciais ao exercício da profissão, reforçando a eficiência, a segurança e a qualidade dos serviços prestados aos Advogados.

Destaca-se a disponibilização de um certificado remoto gratuito, que permite autenticação e assinatura eletrónica qualificada com pleno valor legal, acessível de forma simples e segura a partir de qualquer dispositivo, sem necessidade de suportes físicos. Esta solução facilita a prática de atos profissionais e o acesso a plataformas digitais, contribuindo para uma maior agilidade e eficiência.

Paralelamente, foi consolidada a implementação do Edoc (Sistema de Gestão Documental) nos Conselhos Regionais de Évora, Faro, Madeira e Açores, promovendo a desmaterialização da comunicação e dos processos, com ganhos ao nível da eficiência, segurança documental e sustentabilidade ambiental. Esta evolução estabelece as bases para uma gestão integrada e digital, incluindo a interligação entre órgãos e a automatização de fluxos documentais, alinhando-se com as melhores práticas de governação eletrónica.




PRÁTICAS VERDES,
PRINCÍPIOS SÓLIDOS,
FUTURO ASSEGURADO.

100 ANOS

ORDEM DOS ADVOGADOS

06.
DIREITO
PELA CIDADANIA



SOMOS GUARDIÕES
DE UM **DIREITO** QUE
PERTENCE A TODOS.

6.1 ENQUADRAMENTO SOCIAL

A atuação da Ordem dos Advogados no domínio social reflete a sua missão institucional e o seu papel na promoção do acesso ao direito, na valorização da profissão e no reforço da relação com os seus membros e com a sociedade.

Neste contexto, a dimensão social da sua atividade abrange, por um lado, matérias relacionadas com a gestão interna, designadamente as condições de trabalho, a formação e o bem-estar dos colaboradores, e, por outro, iniciativas com impacto externo, nomeadamente no âmbito do apoio jurídico, da promoção da literacia jurídica e do envolvimento com a comunidade.

O presente capítulo apresenta os principais indicadores e iniciativas desenvolvidas em 2025 neste domínio, refletindo uma abordagem progressiva à integração de práticas sociais, alinhadas com os princípios de responsabilidade institucional e de promoção do interesse público.





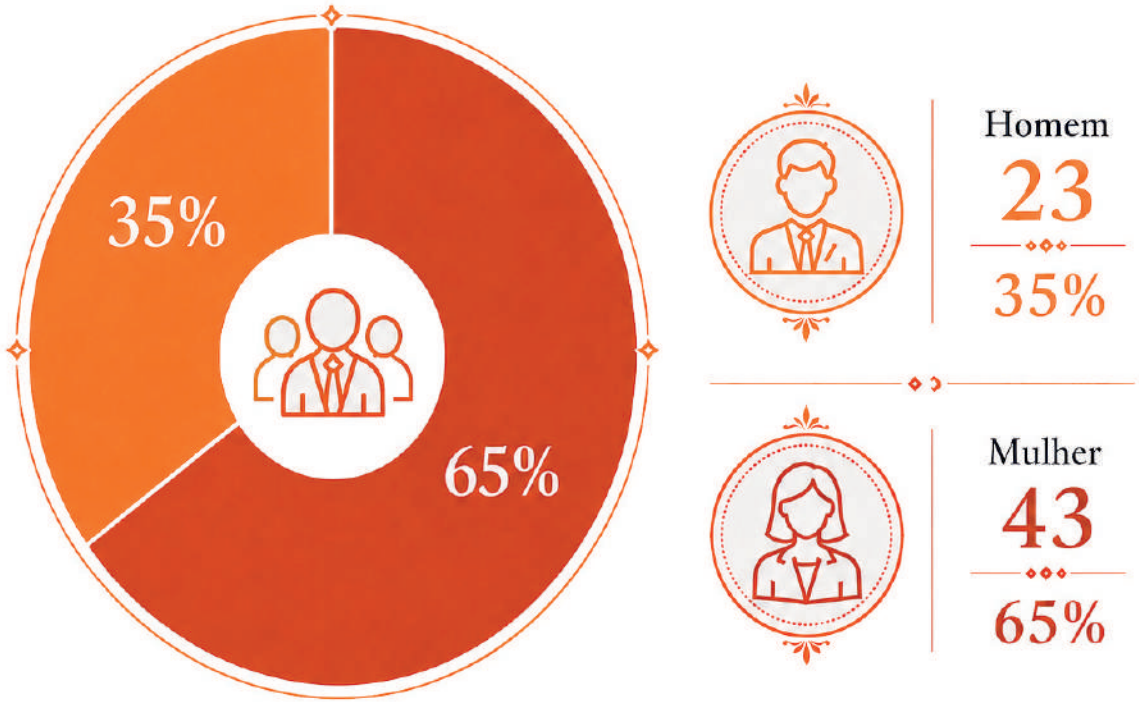


6.2 COLABORADORES

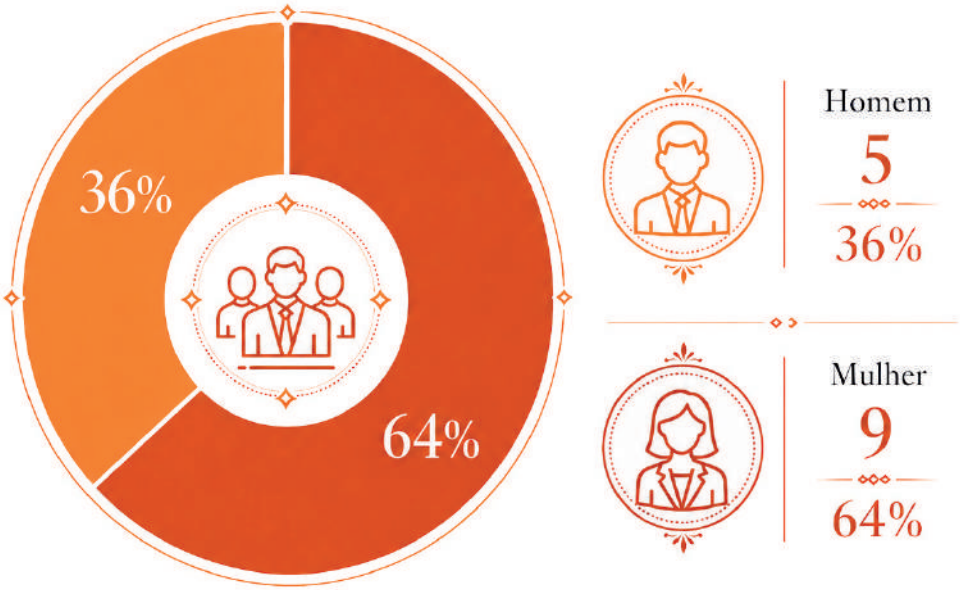
O Conselho Geral da OA apresenta uma composição do quadro de pessoal maioritariamente feminina, realidade que se reflete também de forma expressiva nas funções de gestão.

Esta distribuição evidencia uma presença relevante de mulheres não só na estrutura global da organização, mas também em posições de responsabilidade e decisão.

Infografia 7. Distribuição por sexo



Infografia 8. Distribuição por sexo por cargos de gestão



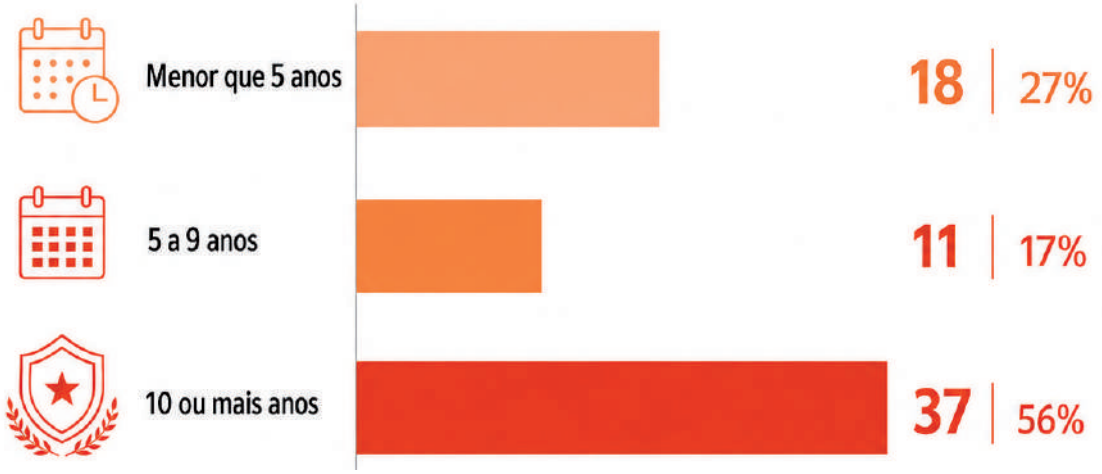
6.3 ANTIGUIDADE DOS COLABORADORES

A distribuição da antiguidade dos colaboradores do Conselho Geral evidencia um nível significativo de estabilidade organizacional. Verifica-se que a maioria dos colaboradores possui mais de 10 anos de antiguidade, refletindo um elevado grau de retenção e experiência acumulada.

Por outro lado, os colaboradores com menos de cinco anos de antiguidade representam também uma parcela relevante, sugerindo uma renovação gradual da equipa.

Esta configuração traduz um equilíbrio entre continuidade e renovação, contribuindo para a preservação do conhecimento institucional, ao mesmo tempo que permite a integração de novas perspetivas.

Infografia 9. Antiguidade em anos dos colaboradores da OA



6.4 CONDIÇÕES DE TRABALHO

A estrutura contratual dos colaboradores do Conselho Geral evidencia um elevado nível de estabilidade laboral, verificando-se que mais de 94% dos colaboradores se encontram vinculados através de contratos sem termo.

Adicionalmente, regista-se apenas um contrato a termo certo e um número reduzido de prestações de serviços em regime de recibos verdes, o que reforça a predominância de vínculos permanentes na atividade da organização.

No período em análise, a OA registou uma taxa de rotatividade de 3%, refletindo o número de saídas ocorrido durante o ano de reporte.

Horas de trabalho semanal	N° de Contratos sem termo	Taxa de rotatividade de trabalhadores (%)
35	94%	3%

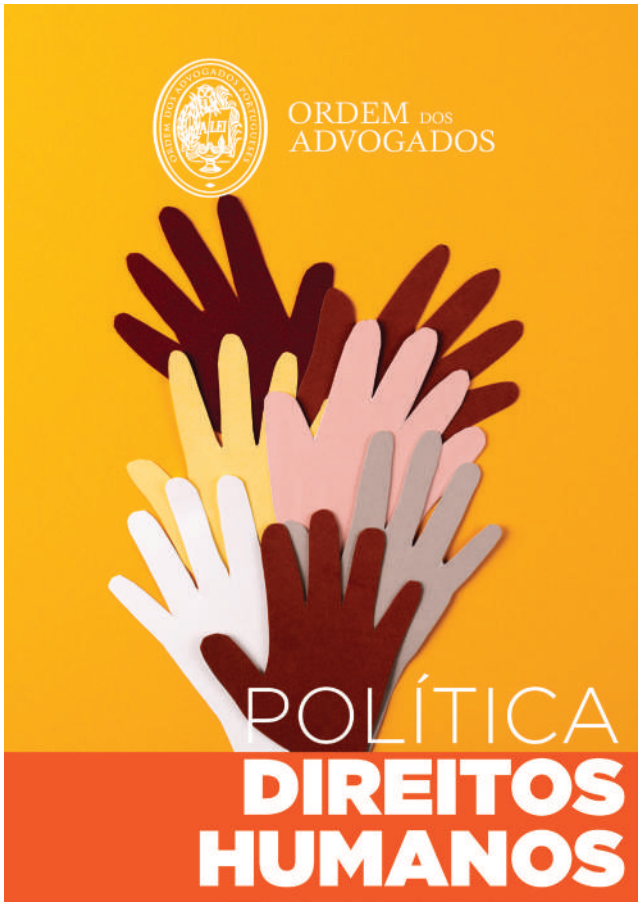
6.5 IGUALDADE DE TRATAMENTO E NÃO DISCRIMINAÇÃO

O Conselho Geral da Ordem dos Advogados atua em conformidade com os princípios da igualdade de tratamento e da não discriminação no acesso e no exercício da profissão, nos termos do respetivo Estatuto e da legislação aplicável.

Os requisitos de exercício profissional assentam em critérios legalmente definidos, designadamente a idoneidade e o cumprimento dos requisitos técnicos exigidos, não sendo admitidas discriminações com base na origem, género, religião ou quaisquer outros fatores. Neste âmbito, o CG observa igualmente o regime legal aplicável em matéria de paridade, em linha com o compromisso de promover uma representação equilibrada e conforme com os princípios da igualdade.

A igualdade de tratamento, a não discriminação e a inclusão constituem, assim, pilares fundamentais da sua atuação, em conformidade com os princípios consagrados na ordem jurídica portuguesa e no quadro internacional de proteção dos direitos humanos.

Este posicionamento encontra-se alinhado com os princípios estabelecidos na Carta das Nações Unidas, que reafirma a dignidade da pessoa humana e a igualdade de direitos entre homens e mulheres.



Nº de nacionalidades representadas
4

Faça Scan
para visitar ou descarregar

Link:
https://portal.oa.pt/media/149796/politica-de-direitos-humanos-da-ordem-dos-advogados.pdf

6.6 SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO

A Saúde e Segurança no trabalho constitui uma dimensão relevante da gestão interna, refletindo o compromisso com a promoção de condições de trabalho seguras, saudáveis e adequadas ao exercício das funções.

Neste âmbito, são adotadas práticas orientadas para a prevenção de riscos profissionais, a sensibilização dos trabalhadores e o cumprimento das obrigações legais aplicáveis em matéria de segurança e saúde no trabalho. A abordagem seguida assenta na identificação e mitigação de riscos, no acompanhamento das condições de trabalho e na promoção de uma cultura de prevenção, procurando contribuir para o bem-estar dos trabalhadores e para a redução da ocorrência de incidentes e acidentes laborais. Os indicadores relativos à sinistralidade laboral, ao absentismo e a outros dados associados à saúde e segurança no trabalho são apresentados de seguida.

Em 2025, registaram-se 4 acidentes de trabalho, correspondendo a uma taxa de acidentes de trabalho de 7%. Estes acidentes resultaram num total de 42 dias de ausência laboral. Não se registaram fatalidades resultantes de lesões ou doenças relacionadas com o trabalho. No mesmo período, a taxa de absentismo foi de 0,6%. Relativamente às ausências por maternidade e paternidade, não foram registados dias de ausência.







N° de acidentes de trabalho	N° total dias perdidos por acidentes	Taxa de absentismo
4	42	0,6%

6.7 FORMAÇÃO PARA COLABORADORES

Ao longo do ano, o Conselho Geral da OA promoveu diversas ações de formação para os seus colaboradores em áreas distintas, nomeadamente:

- Curso Básico Primeiros Socorros;
- Gestão de Redes Sociais;
- Secretariado e Assessoria (boas praticas e ferramentas);
- Direito do Trabalho (alterações legislativas e jurisprudências no âmbito dos recursos humanos);
- Arbitragem Voluntária;
- Ética e Integridade nas Organizações (Regime Geral de Prevenção da Corrupção).

No total, foram realizadas 735 horas de formação.

Esta aposta reflete a importância atribuída ao desenvolvimento de competências e à atualização contínua de conhecimentos, enquanto elementos essenciais para a evolução e o fortalecimento da instituição. A formação é, assim, encarada como um instrumento de capacitação, contribuindo para a melhoria da qualidade do trabalho desenvolvido e para a adaptação às exigências técnicas, organizacionais e institucionais.



6.8 DIÁLOGO SOCIAL

A Ordem dos Advogados promove o diálogo social através de um conjunto diversificado de mecanismos que asseguram a comunicação, a participação e o envolvimento dos seus membros e demais partes interessadas. Este diálogo envolve, nomeadamente, colaboradores internos, Advogados inscritos, Advogados estagiários e Delegações regionais, enquanto principais interlocutores nos processos de comunicação e participação institucional.



Estruturas formais de participação

Órgãos regionais e estruturas institucionais, incluindo conselhos, comissões, assembleias e grupos de trabalho, que asseguram a participação organizada e estruturada dos membros.



Processos de consulta

Realização de consultas internas, pedidos de contributos e auscultação das delegações, promovendo a recolha de opiniões e o envolvimento dos diferentes intervenientes.



Canais de comunicação

Utilização de diversos canais institucionais, designadamente circulares, plataformas digitais, reuniões institucionais e sessões de esclarecimento.

6.9 SOCIAL: ATUAÇÃO EM 2025

POD ADVOGAR

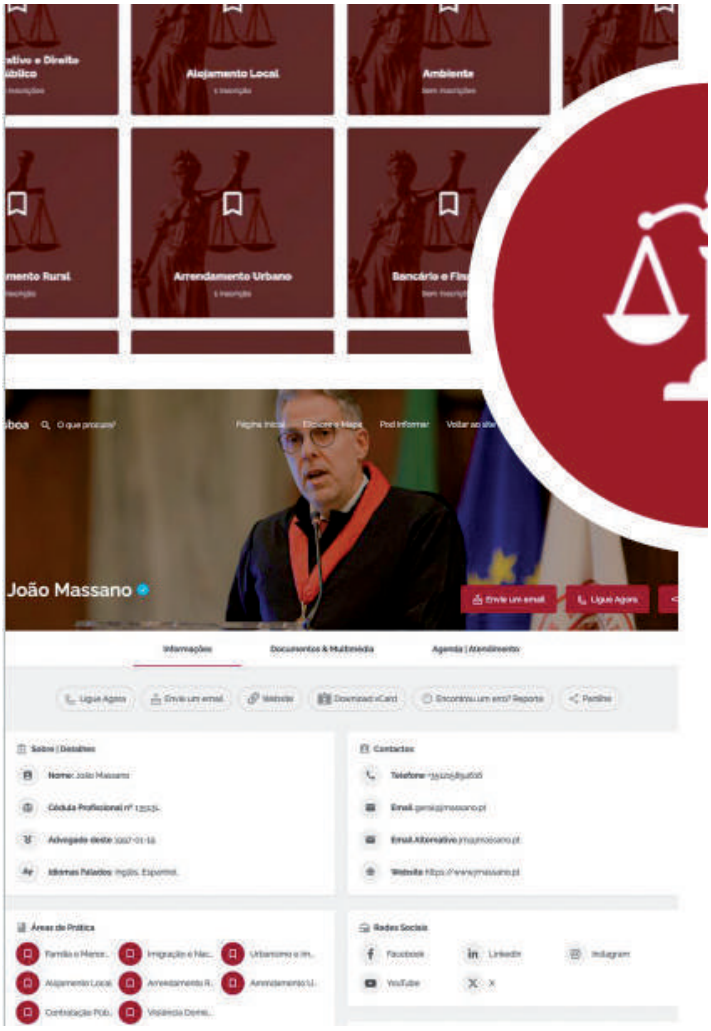
A Ordem dos Advogados lançou uma plataforma digital que aproxima a Justiça dos Cidadãos e promove o trabalho dos Advogados.

Desenvolvida pelo Conselho Regional de Lisboa em 2024, a plataforma foi posteriormente disponibilizada a todos os Advogados inscritos na Ordem, abrangendo os sete Conselhos Regionais: Lisboa, Porto, Coimbra, Évora, Faro, Madeira e Açores.

A Pod Advogar é uma plataforma digital pública e gratuita onde qualquer pessoa ou entidade pode localizar Advogados por área de prática, localização ou especialidade. Permite também aos Advogados criar um perfil profissional com fotografia, contactos e presença online, reforçando a visibilidade e a ligação com potenciais clientes.

Pod Advogar





COMUNICAÇÃO ABERTA E ACESSÍVEL

A Ordem dos Advogados reforçou a sua comunicação, tanto com os Advogados como com a sociedade, através da atualização de publicações e do lançamento de novos suportes digitais.

Destacam-se a criação da newsletter "Código Aberto" e a renovação do "Boletim da Ordem", agora integralmente digitais e disponíveis numa plataforma digital própria. Está ainda previsto, para 2026, o lançamento de um novo Portal da Ordem, mais alinhado com as exigências da era digital.

Nas redes sociais, foram desenvolvidas iniciativas de literacia jurídica, como o "Explicador OA", um projeto que traduz e esclarece temas jurídicos em linguagem acessível, aproximando o Direito do quotidiano e promovendo o acesso à informação.

Complementarmente, a OA passou a disponibilizar o podcast "Direito à Justiça", em parceria com a Rádio Renascença, reforçando a divulgação de conteúdos jurídicos junto do público em geral.



BOLSA DE ADVOGADOS VOLUNTÁRIOS

Em meados de agosto de 2025, consciente da dimensão humana, social e económica da catástrofe que o País enfrentava com os incêndios rurais que assolaram o território nacional, a OA criou uma iniciativa para facilitar o apoio jurídico às vítimas deste flagelo - considerando que o apoio jurídico constitui um instrumento essencial e inadiável para auxiliar os cidadãos e empresas nesse momento de extraordinária vulnerabilidade.

Neste contexto, a Ordem colocou ao serviço da comunidade os seus recursos jurídicos, anunciando a criação da Bolsa de Advogados Voluntários especialmente dedicada à prestação de aconselhamento e apoio jurídico gratuito e especializado aos cidadãos e empresas mais gravemente afetados pelos incêndios. Esta iniciativa foi formalizada com o protocolo entre o Ministério da Justiça, a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) e a Ordem dos Advogados.



PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO

FORMAÇÃO
ORDEM DOS ADVOGADOS

O Plano Nacional de Formação, lançado em maio de 2025, reforça a aposta na formação contínua e complementar dos Advogados, dinamizada também pelo Conselho Geral, em articulação com o trabalho desenvolvido pelos Conselhos Regionais.

A iniciativa visa aumentar a visibilidade e o acesso à formação a nível nacional, respondendo a uma necessidade crescente de qualificação, especialmente relevante para Advogados em prática individual ou em pequenos escritórios.

No total foram promovidas 30 ações, correspondentes a cerca de 60 horas de formação, com a participação de mais de 60 oradores e a adesão de quase 23 mil inscritos.















OA CUIDA - SAÚDE MENTAL EM FOCO

A Ordem dos Advogados criou o OA Cuida, um programa de apoio psicológico gratuito, disponível para todos os Advogados e Advogadas, reconhecendo o impacto emocional, a pressão constante e as exigências próprias do exercício da profissão.

Esta iniciativa assegura acompanhamento especializado, prestado por psicólogos clínicos, garantindo confidencialidade, profissionalismo e um espaço seguro para lidar com ansiedade, exaustão, sobrecarga emocional, stress profissional ou desafios pessoais que possam afetar o bem-estar e o desempenho.

O OA Cuida promove melhores condições de saúde mental, contribuindo para um exercício da Advocacia mais equilibrado, humano e sustentável. Ao colocar o bem-estar dos Membros no centro da sua atuação, a Ordem reforça uma mensagem clara: quem cuida dos direitos dos outros também merece ser cuidado.



ORDEM
ADVOG
ORDEM DOS ADVOGADOS PORTUGUESES
ANOS

CENTENÁRIO DA ORDEM (1926-2026)

Em 2026, a Ordem dos Advogados comemora 100 anos enquanto associação independente do poder político, defensora da legalidade, dos Advogados e dos cidadãos mais vulneráveis. Assinalam-se, assim, 100 anos em defesa dos Advogados, da Advocacia, da liberdade e do Estado de Direito, marcados tanto pela cooperação com os órgãos de soberania e entidades congéneres, como pelo exercício de uma intervenção crítica quando necessário.

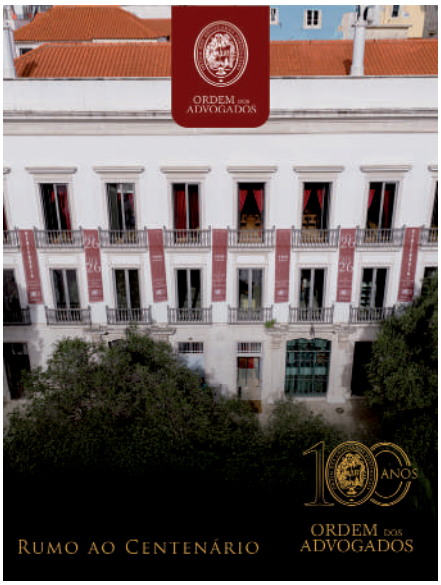
Este momento não constitui apenas um aniversário institucional, mas antes um marco relevante, que justifica uma celebração à altura do papel da Advocacia na construção da democracia e do Estado de Direito em Portugal. O programa comemorativo teve início em julho de 2025, com o lançamento de um conjunto de iniciativas preparatórias, desenvolvidas ao longo do ano, destacando-se:

- a constituição da Comissão Organizadora das Comemorações do Centenário, que reuniu pela primeira vez em setembro de 2025;
- a assinatura, no mesmo mês, de um protocolo de cooperação com a Biblioteca Nacional de Portugal, com vista à realização de uma exposição evocativa;
- a definição das linhas orientadoras do programa, incluindo (i) a promoção da proximidade com os Advogados e com os Conselhos Regionais, através de uma programação descentralizada, e (ii) a diversificação das iniciativas, integrando sessões solenes, conferências, debates, projetos digitais e ações de carácter social;
- o lançamento da Agenda do Centenário, em outubro, e a instalação de elementos visuais alusivos à efeméride no edifício sede, em Lisboa, no início de novembro.

A primeira sessão solene de comemoração terá lugar em janeiro de 2026 em Faro, associada à celebração do 30.º aniversário do Conselho Regional de Faro.








SAVE
THE DATE
CONSELHO REGIONAL DE
FARO
ORDEM DOS ADVOGADOS
VENHA CELEBRAR O ANIVERSÁRIO
DO CONSELHO REGIONAL DE FARO
COM O INICIO DAS CELEBRAÇÕES DOS
ORDEM DOS ADVOGADOS
09 JAN'26
FARO · ALGARVE


SAVE
THE DATE
VENHA CELEBRAR
AS COMEMORAÇÕES DOS
ORDEM DOS ADVOGADOS
19, 20 e 21 FEV
SETÚBAL
ÉVORA
SETÚBAL

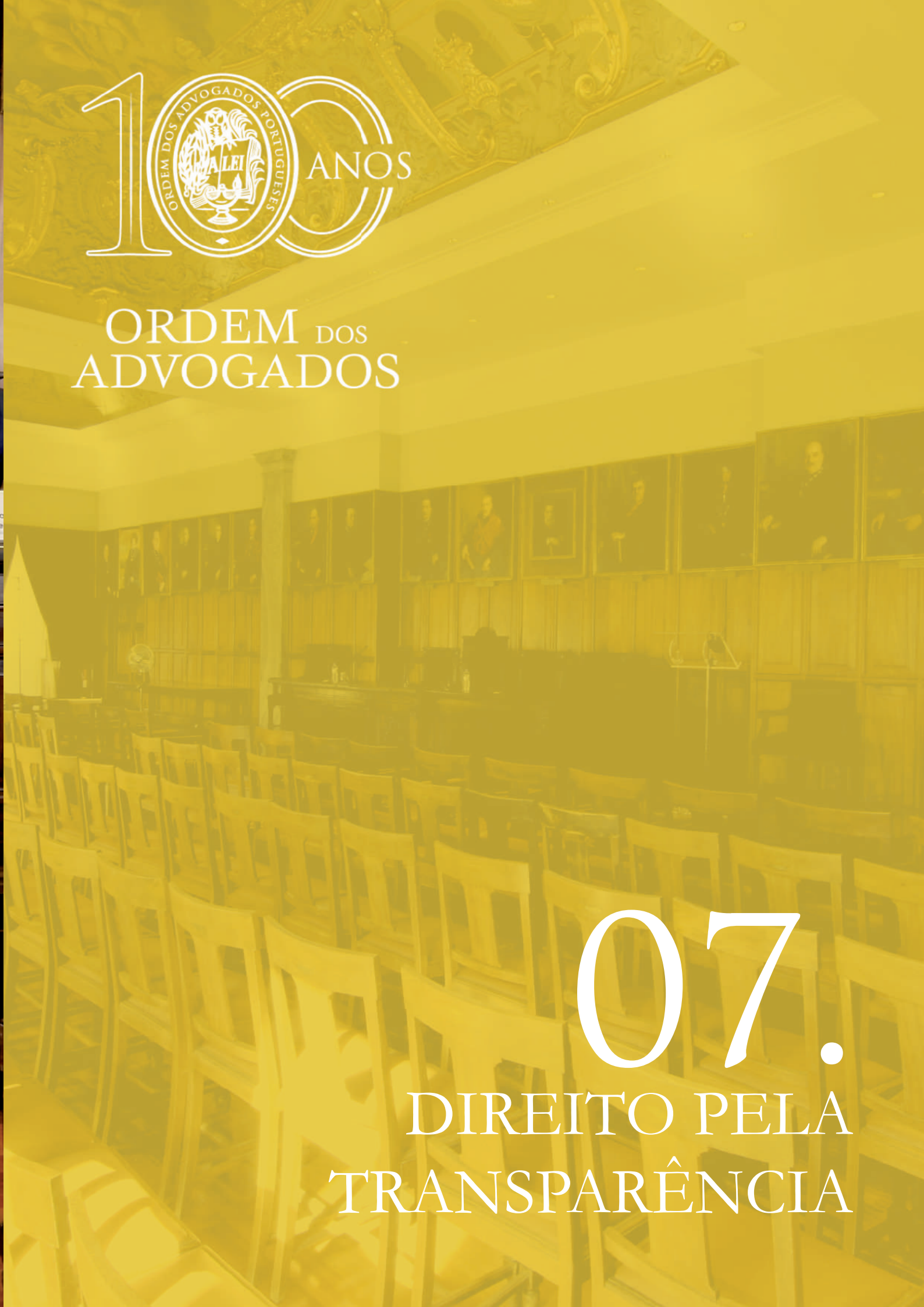

1926-2026
100 ANOS
ORDEM DOS ADVOGADOS
CENTENÁRIO
08, 09 e 10 Janeiro
Faro
19, 20 e 21 Fevereiro
Setúbal
18 e 19 Maio
Matosinhos
12 Junho
Lisboa
16, 17 e 18 Julho
Porto Santo
09 Outubro
Coimbra
5, 6 e 7 Novembro
Ponta Delgada
11 Dezembro
Porto
OS TODOS ADVOGADOS
ANOS TAMBÉM SÃO SEUS...
SAVE THE DATE



TRANSPARÊNCIA CONSTRÓI-SE
COM **PARTICIPAÇÃO**.

100 ANOS

ORDEM DOS ADVOGADOS



07.

DIREITO PELA TRANSPARÊNCIA



ÉTICA APLICADA EM CADA DECISÃO

7.1. ENQUADRAMENTO DA GOVERNAÇÃO

A governação da Ordem dos Advogados assenta num conjunto de princípios e mecanismos que asseguram a transparência, a responsabilidade e a integridade na sua atuação institucional. Estes princípios orientam a tomada de decisão e o funcionamento dos órgãos da OA, contribuindo para o cumprimento das suas atribuições legais e estatutárias.



7.2. CONFORMIDADE REGULATÓRIA E DEONTOLÓGICA

A atuação da Ordem dos Advogados é orientada por um conjunto de princípios e instrumentos, entre os quais se destacam os seguintes mecanismos:

Código de Conduta, que estabelece princípios de comportamento e responsabilidade profissional aplicáveis aos membros da Ordem.

Link:
https://portal.oa.pt/media/149806/codigo-de-conduta-da-ordem-dos-advogados-1.pdf

Faça scan para visitar ou descarregar

Política de Ética e Anticorrupção, formalizada pelo **Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas,** que define medidas de prevenção, deteção e mitigação de riscos.

Link:
https://portal.oa.pt/media/149807/planoprevencaoriscocorrupcao-ordem-dos-advogados.pdf

Faça scan para visitar ou descarregar

Política de Privacidade, que assegura a proteção de dados pessoais e o cumprimento do enquadramento legal aplicável.

Link:
https://portal.oa.pt/ordem/politicas-da-ordem-dos-advogados/politica-de-privacidade/

Faça scan para visitar ou descarregar

Canal de Denúncias (interno e externo), que permite a comunicação segura e confidencial de eventuais irregularidades.

Link:
https://oa.ulisesgrc.net/#/channels/oa/PT_PT

Faça scan para visitar ou descarregar

Regulamento do Canal de Denúncias Externo, que enquadra o funcionamento destes mecanismos.

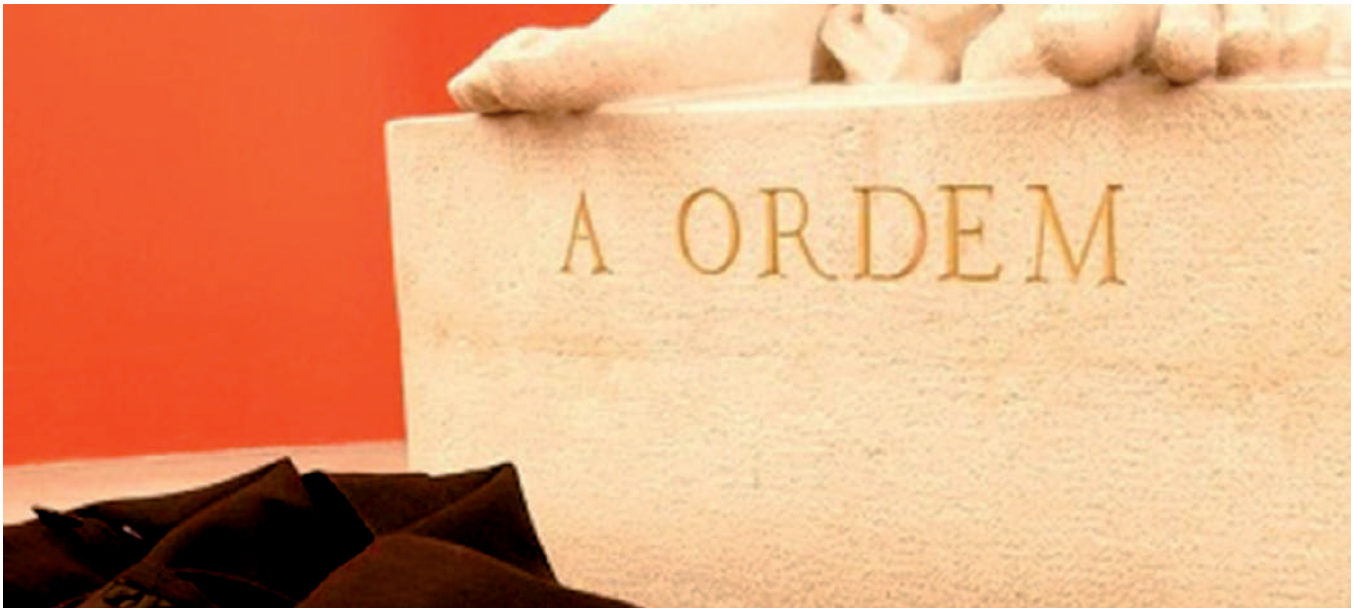
Link:
https://ulisesgrc.com/wp-content/uploads/2024/07/OA-Politica-do-canal-externo-Revisto-VB-2762024-FINAL-1.pdf

Faça scan para visitar ou descarregar

7.3. ÉTICA E INDEPENDÊNCIA

O Código de Conduta da OA estabelece um conjunto de princípios e regras de comportamento aplicáveis aos dirigentes e colaboradores, abrangendo matérias como a integridade, a transparência, a prevenção de conflitos de interesse e o relacionamento institucional.

A independência constitui um princípio estruturante da atuação da Ordem, garantindo a sua autonomia face a entidades externas, nomeadamente de natureza política, económica ou institucional. Este princípio é essencial para assegurar a defesa da Advocacia, o respeito pelo Estado de Direito e a proteção dos direitos, liberdades e garantias.



7.4. CANAL DE DENÚNCIAS

A Ordem dos Advogados dispõe de mecanismos de denúncia, canal interno e canal externo, que permitem a comunicação de situações suscetíveis de configurar infrações legais, violações de deveres deontológicos ou outras irregularidades associadas à sua atividade.

Estes canais asseguram a confidencialidade da informação e a proteção dos denunciantes, estando alinhados com o enquadramento legal aplicável, nomeadamente para os efeitos do disposto na Lei nº 93/2021, de 20 de dezembro.

Nº denúncias canal interno	Nº denúncias canal extermo
2	78

7.5. RESPONSABILIDADES EM MATÉRIA DE SUSTENTABILIDADE

A integração de boas práticas de sustentabilidade na atuação da Ordem dos Advogados encontra-se, nesta fase, em desenvolvimento, sendo assegurada através de uma abordagem transversal que envolve diferentes áreas do CG da OA. Neste contexto, foi constituído um comité de sustentabilidade, responsável por apoiar a definição, acompanhamento e desenvolvimento das iniciativas nesta matéria.

Este comité reúne de forma periódica, em função das necessidades e do contexto, assegurando a articulação entre as diferentes áreas envolvidas. Entre as suas principais responsabilidades incluem-se a preparação do relatório de sustentabilidade, o desenvolvimento da estratégia e do plano de ação, bem como a identificação e proposta de políticas e iniciativas alinhadas com os princípios de sustentabilidade.

Esta abordagem permite assegurar uma integração progressiva e estruturada da sustentabilidade na atuação da Ordem, promovendo a coordenação interna e o alinhamento com as boas práticas.



7.6. GOVERNAÇÃO: ATUAÇÃO EM 2025

CONSELHOS ABERTOS E BASTONATO 100 FRONTEIRAS

A proximidade e a descentralização constituem prioridades do Conselho Geral, promovendo uma atuação da Ordem dos Advogados para além da sua sede, com presença ativa em todo o território nacional, incluindo regiões autónomas. Neste âmbito, o Bastonário e os membros do Conselho Geral participaram em diversas iniciativas dos órgãos internos, designadamente, tomadas de posse e celebrações de aniversários dos Conselhos Regionais, bem como nas comemorações dos 99 anos da Ordem nos Açores. No total, foram percorridos mais de 30 mil quilómetros em ações de proximidade junto dos Advogados, reforçando a ligação entre os órgãos nacionais e a classe.

Esta presença no terreno contribuiu igualmente para uma maior auscultação dos Advogados e para o reforço do diálogo institucional. Neste contexto, foi criada a iniciativa "Conselho Aberto", com carácter regular, destinada a promover a participação ativa dos Advogados e a recolha de contributos para a melhoria contínua da Ordem. Em 2025, realizaram-se duas edições desta iniciativa, em Lisboa e no Funchal.



CANAIS E PLATAFORMAS

Criação de canais diretos de comunicação com serviços públicos, nomeadamente a AIMA e o IRN, reforçando a cooperação institucional e promovendo respostas mais rápidas e eficazes às necessidades dos Advogados.

Estes mecanismos permitem sinalizar constrangimentos no acesso aos serviços, situações de incumprimento de direitos e dificuldades operacionais, assegurando uma intervenção mais célere e o exercício efetivo das prerrogativas profissionais. Contribuem, igualmente, para melhorar o acesso à Justiça por parte dos cidadãos, evitando atrasos e bloqueios.

No seu conjunto estes canais reforçam a eficiência dos serviços e afirmam uma Ordem mais próxima, interventiva e capaz de apoiar a Advocacia no desempenho das suas funções.



MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE EMAIL

Foi implementado um novo sistema de correio eletrónico, baseado em tecnologia mais robusta, garantindo maior segurança (contra falhas, perda de dados e vulnerabilidades tecnológicas), estabilidade, capacidade e sincronização em múltiplos dispositivos. Esta atualização melhora a comunicação institucional e a gestão quotidiana da atividade.





INQUÉRITO ÀS PARTES INTERESSADAS

O Conselho Geral promoveu uma iniciativa nacional de escuta ativa das partes interessadas, com o objetivo de identificar os principais desafios da Advocacia portuguesa, definir prioridades estratégicas para o mandato em curso e reforçar a proximidade, transparência e capacidade de atuação institucional.

Numa primeira fase, foram realizados grupos focais regionais — em Évora, Faro, Lisboa, Coimbra, Porto, Madeira e Açores — bem como entrevistas setoriais a entidades representativas da prática individual, da Advocacia especializada e das sociedades de Advogados. Este trabalho foi desenvolvido por uma entidade independente, em articulação com o Departamento Editorial e de Comunicação da Ordem.

Numa segunda fase, será lançado um inquérito dirigido a todos os Advogados com inscrição ativa na Ordem dos Advogados, permitindo alargar a recolha de contributos e consolidar a base de definição estratégica.



CONTAS TRANSPARENTES E SOLIDÁRIAS

Desde o início do mandato (triénio 2025–2027), o Conselho Geral assumiu o compromisso de servir a classe com rigor e responsabilidade. Nesse âmbito, o Bastonário e os membros do Conselho Geral renunciaram à remuneração e às senhas de presença, assegurando uma poupança anual superior a 236 mil euros, com um impacto acumulado estimado em cerca de 709 mil euros ao longo do triénio.

Esta decisão reflete uma gestão orientada para a eficiência e a boa utilização dos recursos, garantindo que estes são direcionados para as necessidades efetivas da Advocacia e dos Advogados.

Adicionalmente, a Ordem **recuperou mais de 1,36 milhões de euros** de quotas em atraso, representando o valor mais elevado desde 2021. Em 2025, o total de **quotas recebidas ultrapassou os 12,2 milhões de euros**, reforçando a sustentabilidade financeira da instituição e a sua capacidade de assegurar responsabilidades estruturais, nomeadamente o **Seguro de Responsabilidade Civil Coletivo**, obrigatório por lei para todos os Advogados, cujo custo ronda os € 1,5 milhões de euros, e outros serviços essenciais.







CONFIANÇA CONQUISTADA
ATRAVÉS DA TOTAL
TRANSPARÊNCIA.

100 ANOS

ORDEM DOS ADVOGADOS

08.
ANEXOS
TABELA VSME

8.1 TABELA VSME — MÓDULO BÁSICO

Código VSME	Sub-código VSME	Tema	Tópico	Sub-tópico	Estado	Secção do Relatório
B1	B1.24a)	Geral	Base de preparação	Opção de módulo	Incluído	1.1. Âmbito de Aplicação
B1	B1.24b)	Geral	Base de preparação	Omissões	Incluído	1.2. Limitações e Omissões
B1	B1.24c) / B1.24d)	Geral	Base de preparação	Fronteiras Organizacionais	Incluído	1.1. Âmbito de Aplicação 1.2. Limitações e Omissões
B1	B1.24e)	Geral	Base de preparação	Dados da organização	Incluído	2.1. Visão Geral
B1	B1.25	Geral	Base de preparação	Certificações Sustentabilidade	Não incluído	-
B2	B2.26a)	Geral	Iniciativas e Políticas	Iniciativas em curso	Incluído	5.8. Ambiente: atuação em 2025 6.9. social: atuação em 2025 7.6. Governação: atuação em 2025
B2	B2.26b)	Geral	Iniciativas e Políticas	Políticas	Incluído	5.2. Politica Ambiental 7.2. Conformidade Regulatória e Deontológica
B2	B2.26c)	Geral	Iniciativas e Políticas	Iniciativas previstas	Incluído	04. Estratégia Institucional e Sustentabilidade
B2	B2.26d)	Geral	Iniciativas e Políticas	Metas	Não incluído	-
B3	B3.30	Ambiente	Energia e GEE	Emissões de Âmbito 1 e 2	Incluído	5.4. Emissões de GEE
B3	B3.31	Ambiente	Energia e GEE	Intensidade de GEE	Não aplicável	-

Código VSME	Sub-código VSME	Tema	Tópico	Sub-tópico	Estado	Secção do Relatório
B4	B4.32	Ambiente	Poluição	Poluentes das operações	Não aplicável	-
B5	B5.33	Ambiente	Biodiversidade	Área dentro ou próxima a uma área sensível	Não aplicável	-
B5	B5.34	Ambiente	Biodiversidade	Uso do solo	Não aplicável	-
B6	B6.35	Ambiente	Água	Captação de água	Não aplicável	-
B6	B6.36	Ambiente	Água	Consumo de água	Incluído	5.5. Consumo de Água
B7	B7.37	Ambiente	Utilização dos recursos	Princípios de economia circular	Não aplicável	-
B7	B7.38	Ambiente	Utilização dos recursos	Resíduos e fluxo de materiais	Parcialmente	5.6. Gestão de Resíduos
B8	B8.39	Social	Força de trabalho	Colaboradores	Incluído	6.2. Colaboradores 6.4. Condições de Trabalhov
B8	B8.40	Social	Força de trabalho	Taxa de rotatividade	Incluído	6.4. Condições de Trabalho
B9	B9.41	Social	Força de trabalho	Segurança e Saúde	Incluído	6.6. Saúde e Segurança no Trabalho
B10	B10.42	Social	Força de trabalho	Remuneração, negociação coletiva e formação	Parcialmente	6.7. Formação para Colaboradores
B11	B11.43	Governança	Ética	Condenações	Não incluído	-

8.1 TABELA VSME — MÓDULO ABRANGENTE

Código VSME	Sub-código VSME	Tema	Tópico	Sub-tópico	Estado	Secção do Relatório
C1	C1.47	Geral	Modelo negócio	Elementos-chave	Incluído	2.3. Atribuições, competências e Políticas
C2	C2.48	Geral	Iniciativas e Políticas	Descrição de Políticas de Sustentabilidade	Incluído	5.2. Política Ambiental
C2	C2.49	Geral	Iniciativas e Políticas	Responsabilidade de implementação	Não incluído	-
B3	B3.50	Ambiente	Energia e GEE	Emissões de Âmbito 3 (total)	Não incluído	-
B3	B3.52	Ambiente	Energia e GEE	Emissões de Âmbito 3 (desagregado)	Não incluído	-
C3	C3.54	Ambiente	Clima	Metas de redução	Não incluído	-
C3	C3.55	Ambiente	Clima	Plano de transição (implementado)	Não aplicavél	-
C3	C3.56	Ambiente	Clima	Plano de transição (previsão)	Não aplicavél	-
C4	C4.57	Ambiente	Riscos climáticos	Riscos fisicos e de transição	Não aplicavél	-
C4	C4.58	Ambiente	Riscos climáticos	Potenciais efeitos adversos	Não aplicavél	-

Código VSME	Sub-código VSME	Tema	Tópico	Sub-tópico	Estado	Secção do Relatório
C5	C5.59	Social	Características da força de trabalho	Diversidade de Género	Incluído	6.2. Colaboradores
C5	C5.60	Social	Características da força de trabalho	Trabalhadores independentes	Parcialmente	6.4. Condições de Trabalho
C6	C6.61a)	Social	Direitos Humanos	Política de Conduta e Direitos Humanos	Incluído	6.5 Igualdade de Tratamento e Não Discriminação 7.2. Conformidade Regulatória e Deontológica
C6	C6.61b)	Social	Direitos Humanos	Integração dos Direitos Humanos na estratégia	Incluído	6.5 Igualdade de Tratamento e Não Discriminação
C6	C6.61c)	Social	Direitos Humanos	Mecanismo de denúncias	Incluído	7.4. Canal de Denúncias
C7	C7.62a)	Social	Direitos Humanos	Incidentes em direitos humanos (interno)	Não incluído	-
C7	C7.62b)	Social	Direitos Humanos	Ações de resolução de incidentes	Não incluído	-
C7	C7.62c)	Social	Direitos Humanos	Incidentes em direitos humanos (externo)	Não incluído	-
C8	C8.63	Governança	Receita	Receitas em setor(es) específicos	Não aplicável	-
C8	C8.63	Governança	Referenciais europeus	Referenciais da UE alinhados com o Acordo de Paris	Não aplicável	-
C8	C8.63	Governança	Diversidade de Género	Diversidade no órgão de governação	Incluído	6.2. Colaboradores





O **COMPROMISSO**
COM O **FUTURO** COMEÇA
NA **RESPONSABILIDADE**
PRESENTE.

2025

RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE

NORMA VSME - MÓDULO ABRANGENTE

Dados referentes a 2025

ISBN 978-989-99844-4-8

100 ANOS

ORDEM DOS ADVOGADOS

www.oa.pt